

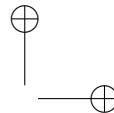
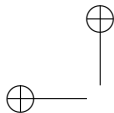
**MARX E O
DETERMINISMO:
Observações acerca de um
comentário de Sampaio Bruno**



Nuno Ornelas Martins

2011

www.lusosofia.net



LUSO**Sofia**:press

Covilhã, 2011

FICHA TÉCNICA

Título: *Marx e o Determinismo: Observações acerca de um comentário de Sampaio Bruno*

Autor: Nuno Ornelas Martins

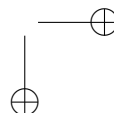
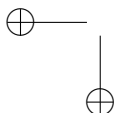
Colecção: Artigos LUSOSOFIA

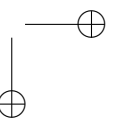
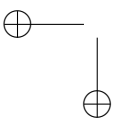
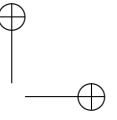
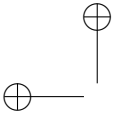
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

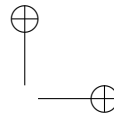
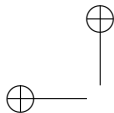
Composição & Paginação: José M. Silva Rosa

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2011







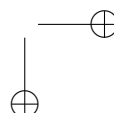
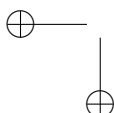
Marx e o Determinismo: Observações acerca de um comentário de Sampaio Bruno*

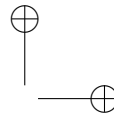
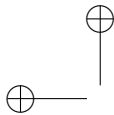
Nuno Ornelas Martins
Faculdade de Economia e Gestão
Universidade Católica Portuguesa, Porto

Conteúdo

1. Introdução	4
2. A Generalização do Materialismo Histórico	5
3. O determinismo na teoria económica ortodoxa	15
4. Liberdade e leis económicas	21
5. As contradições do capitalismo	26
6. A actualidade da proposta de Sampaio Bruno	37
7. Conclusão	46
Bibliografia	50

*Texto produzido no âmbito de projecto colectivo do Centro de Estudos do Pensamento Português (CEPP) da Universidade Católica Portuguesa (Porto) sobre “Catolicismo, tradição e progresso na segunda metade de Oitocentos (1850/1910)”, e em processo de publicação na INCM no quadro de obra colectiva do CEPP - UCP com o eventual título de “Catolicismo, tradição e progresso na Segunda metade de Oitocentos (1850/1910)”.



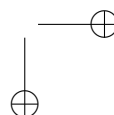
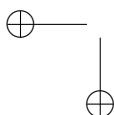


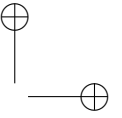
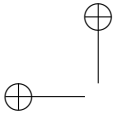
1. Introdução

A interpretação do trabalho de Karl Marx oferece grandes dificuldades, não só devido à natureza interdisciplinar, complexa e inacabada desse trabalho, mas também devido ao contexto político em que este se enquadra. No entanto, apesar da sua importância política, o trabalho de Marx é fundamentalmente uma análise (e crítica) do capitalismo, que continha uma nova teoria, mas não um novo modelo político-económico. Este texto aborda essencialmente a teoria de Marx acerca da economia, e a generalização da mesma sugerida por Sampaio Bruno.

A teoria de Marx é muitas vezes interpretada como uma teoria determinista, que prevê a evolução da História. Outros autores argumentam que segundo Marx não existem leis únicas na História, e que esta não deverá ser interpretada de um modo determinista. Baseado num comentário de Sampaio Bruno a Marx, que propõe alargar a base do pensamento de Marx, será aqui argumentado que a teoria de Marx não tem de ser interpretada de um modo determinista. A proposta de Sampaio Bruno de alargar a base do pensamento de Marx será aqui discutida, tendo em conta até que ponto esse alargar da perspectiva de Marx (por sua vez baseada no pensamento económico clássico, que serve também de referência aos comentários de Sampaio Bruno), fornece ou não uma melhor perspectiva do sistema económico do que a teoria económica ortodoxa actualmente dominante.

De facto, Sampaio Bruno escreve num momento crucial da história do pensamento económico, em que a Economia abandona a tradição clássica que orientou a teoria económica de Adam Smith a Karl Marx, em virtude da revolução marginalista trazida por autores como Stanley Jevons, Carl Menger, e Leon Walras. Esta revolução no pensamento económico levará ao abandono do pensamento económico clássico que serve de referência aos comentários de Sampaio Bruno, e a uma formalização matemática da Economia que trará uma teoria económica que é mais merecedora da acusação de determinismo do que a teoria de Marx, pelo menos se esta for interpretada de acordo com a proposta





de Sampaio Bruno. Sendo assim, a proposta de Sampaio Bruno traz questões que continuam tão actuais como neste momento crucial da história do pensamento económico em que foram escritas, que serão aqui discutidas.

2. A Generalização do Materialismo Histórico

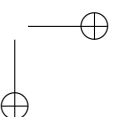
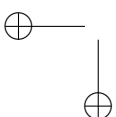
Muitas vezes é argumentado que, segundo Marx, a evolução do capitalismo, tal como toda a evolução (e revolução) histórica, seguiria um processo determinístico, onde o modo de produção, ou a economia, determina os aspectos sociais e políticos. Sampaio Bruno propõe uma generalização das ideias de Marx que, defende, deverá permitir ir para além da redução das várias dimensões da vida social à economia que caracteriza muitas interpretações do Marxismo. Sampaio Bruno escreve:

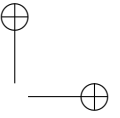
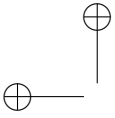
“o facto é que as vastas especulações de Marx assinalam época na ciência e que mesmo cumpre, prosseguindo no seu método investigativo, dar-lhes uma generalização de que o economista se absteve, porventura propositadamente.

(...)

Nesse propósito, quem tente tarefa de tal magnitude deverá, quanto a nós, alargar a base do edifício; pois que o engenhosíssimo crítico, exactamente nos primeiros momentos da sua elaboração sistemática, reduziu, com erro, o alcance da sua teoria, por um preconceito advindo do particularismo das suas preferências de estudo. Referimo-nos ao que se chama a sua concepção materialista da história.

Pela necessidade do unitarismo classificante no espírito analítico, esta é desenrolada das iniciais condições económicas, donde derivariam a religião, a política, os costumes, as leis civis, as maneiras do pensamento. Para Engels, como para todos os apologistas, isto representa uma, quiçá a fundamental, das descobertas de Marx, quando realmente não passa dum dos pontos fracos da teoria. Aos olhos da crítica





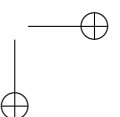
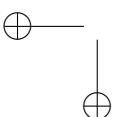
serena assume a responsabilidade dessas abusões especiosas com que se malogra o exame.

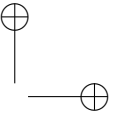
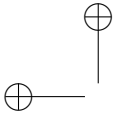
A redução da complexidade do fenómeno social a um tipo único de factores, de que os outros todos são corolários, contradiz a correlação dos elementos, a seu turno causas e efeitos. Põe na ciência um critério simplista que se não coaduna com a mesma complicação da estrutura observada. Partir de baixo para cima, da economia para a religião, como Marx, ou em sentido contrário, desta para aquela, como Comte, conduz às mesmas ilusões, diminuindo uma área imensa e desfibrando um tecido conectivo”. (Sampaio Bruno, 1893, pp. 159-160)¹

Sampaio Bruno argumenta, pois, contra a redução do fenómeno social à economia, mas avisa que a inversão simples da relação de causalidade conduzirá às mesmas ilusões. Uma questão crucial será qual a relação entre a economia e as restantes estruturas e concepções sociais. Se não podemos admitir um determinismo simples, em que apenas um destes elementos tenha uma influência causal sobre o outro, como poderemos entender a relação entre estes elementos? Como compreender o “tecido conectivo” que, Sampaio Bruno escreve, estaríamos a “desfibrar” ao considerar apenas um destes elementos (economia, e restantes estruturas e concepções sociais) como causa do outro? Este é uma questão fundamental para a generalização da teoria de Marx que Sampaio Bruno defende.

Existem diversas concepções de causalidade na literatura que antecedem Marx. De facto, a filosofia de Marx é fortemente influenciada por Friedrich Hegel (1817), que por sua vez parte da filosofia de Immanuel Kant. Já Kant (1781) revela que foi o trabalho de David Hume que o fez despertar do “sono dogmatico” em que se encontrava. Sendo, assim, será útil referir as concepções de causalidade destes autores, para compreender melhor o problema colocado por Sampaio Bruno.

¹ Bruno, J.P.S. (1893), *Notas do Exílio*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron (Lugan e Genelioux).





David Hume² considera que a noção de causa e efeito surge no espírito humano devido à observação repetida da sucessão de determinados fenómenos. Immanuel Kant³ concorda com Hume acerca da origem do conhecimento ter lugar na experiência, mas argumenta que as categorias *a priori* do entendimento também terão um papel chave. Neste sentido, Kant defenderá que a causalidade é uma categoria que existe *a priori* no entendimento humano, e por conseguinte é anterior à experiência, pelo que é uma noção que, embora exista para ser aplicada na experiência exterior, não deriva da experiência exterior. O entendimento humano usa essa categoria para ordenar os fenómenos, uma vez que, segundo Kant, não pode chegar às coisas em si.

Friedrich Hegel⁴, tentando ir além de Kant, argumentará que é possível conhecer as coisas em si, pois estas são apenas a abstracção pura obtida no pensamento, que progride de modo dialéctico. Finalmente, Karl Marx irá além de Hegel ao propor o materialismo dialéctico, procurando as causas nas contradições existentes na realidade observada, e não no pensamento apenas.

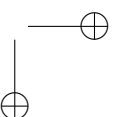
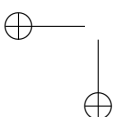
Kant e Hegel adoptam uma posição idealista, que contém diversos elementos em oposição à perspectiva de Marx, e também de Sampaio Bruno. Por exemplo, Kant argumenta que espaço e tempo são as formas subjectivas da nossa intuição dos fenómenos, enquanto para Sampaio Bruno o tempo e o espaço desempenham um papel muito diferente. Para Sampaio Bruno⁵ (1902, pp. 389-391), o Tempo é o próprio Deus, ou a única forma da ideia originária que nos é acessível. No entanto, esse Tempo homogéneo, infinito e contínuo altera-se a dado momento

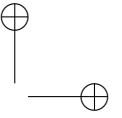
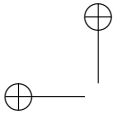
² Hume, D. (1975[1777]), *Enquiries Concerning Human Understanding and Concerning the Principles of Morals*, Oxford e New York, Oxford University Press.

³ Kant, I. (1994[1781]), *Crítica da Razão Pura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

⁴ Hegel, G.W.F. (1988[1817]), *Enciclopédia das ciências filosóficas em epítome, vol.1*, Lisboa, Edições 70

⁵ Bruno, J.P.S. (1902), *A Ideia de Deus*, Porto, Lello & Irmão.



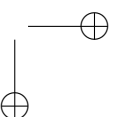
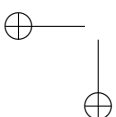


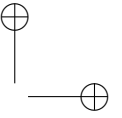
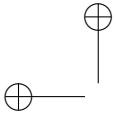
(por uma razão que desconhecemos, e que Sampaio Bruno considera um “mistério indecifrável”), e surge o Espaço, que é Tempo alterado, aparecendo assim a heterogeneidade.

Para Sampaio Bruno, é desta instabilidade do homogéneo que surge a evolução e a transformação. Sampaio Bruno defende que devido à instabilidade do homogéneo, verifica-se a diferenciação que caracteriza a evolução. Esta concepção de evolução baseia-se em autores como Herbert Spencer, que aplicaram o conceito de evolução não só no contexto da Biologia, mas também da Economia e da Sociedade. De facto, a noção de evolução tem sido adoptada tanto na Biologia como na Economia, e existiu interacção entre as duas áreas no estudo da evolução. Por exemplo, Charles Darwin refere o economista Thomas Robert Malthus como uma influência importante para o seu trabalho, enquanto economistas como Karl Marx elogiam o trabalho de Darwin, dizendo que este encontrou na Natureza as mesmas leis que se verificam na sociedade inglesa. Herbert Spencer é também um autor cujo conceito de evolução foi influente na Economia.

No contexto da evolução, surgem contradições no processo de adaptação de cada ser ao ambiente em que se insere, sendo a transformação explicada pela instabilidade e consequentes contradições. Para Marx, tal como para Hegel, também é pela contradição que surge a transformação num processo dialéctico. Mas enquanto para Hegel a transformação dialéctica tem lugar no pensamento, para Marx a transformação dialéctica dá-se na matéria que observamos, na realidade observada. Marx regressa assim ao empírico, de onde Hume tinha partido, e a partir do qual Kant e Hegel tinham caminhado em direcção ao idealismo. No entanto, Marx não regressa ao empirismo de Hume, pois a ontologia de Marx é diferente da de Hume.

De facto, é importante perceber as diferenças entre as concepções de Hume e Marx, para poder tratar a questão que Sampaio Bruno coloca. Para tal, é importante distinguir duas concepções da ontologia, que podem ser designadas como uma ontologia empirista e uma ontologia estruturada, respectivamente. Numa ontologia empirista, a rea-



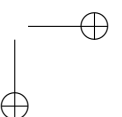
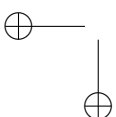


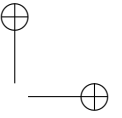
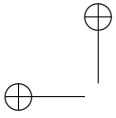
lidade é constituída pelos eventos que percebemos. Esta é a concepção ontológica subjacente ao pensamento de Hume, onde apenas percebemos eventos.

A questão que se segue é que concepção de causalidade pode ser sustentada dentro de uma ontologia empirista como a que está implícita no pensamento de Hume. Uma vez que os eventos são os únicos componentes de uma ontologia empirista, a causalidade só pode significar uma conexão entre eventos da forma "se evento X então evento Y". É esta concepção de causalidade que leva ao dilema implícito no comentário de Sampaio Bruno, quando escreve que a redução do fenómeno social à economia, ou a inversão simples desta relação de causalidade, é insatisfatória. Esta concepção leva a uma ontologia que não tem em conta a interconectividade da realidade social referida por Sampaio Bruno.

Para superar este dilema, é preciso passar de uma ontologia empirista para uma ontologia estruturada, que tem em conta a interconectividade da realidade social referida por Sampaio Bruno, e que é fundamental para Marx. Efectivamente, enquanto David Hume defenderá uma concepção que pressupõe uma ontologia empirista, Marx terá uma visão da realidade que é consistente com uma ontologia estruturada, onde para compreender a interconectividade da realidade social, é necessário compreender as estruturas que são formadas pelas relações que constituem o "tecido conectivo" referido por Sampaio Bruno. Será no contexto destas estruturas que se dão as contradições que causam a mudança segundo a concepção de Marx.

Numa ontologia estruturada, a realidade é constituída não só pelos acontecimentos e impressões sensoriais, mas também pelas estruturas, mecanismos e tendências que causam os eventos. Estas estruturas, mecanismos e tendências estão num nível diferente da realidade, face aos eventos, pois ao contrário destes, muitas vezes são não-observáveis. Numa ontologia estruturada, explicações causais recorrem à retrodução ou abdução, que significa ir de um determinado nível da realidade para outro.





Por exemplo, a explicação para o funcionamento da máquina a vapor consiste no facto de que a existência de calor faz a água expandir através do aumento da distância entre as suas moléculas. A explicação deste evento, no entanto, requer a compreensão de outro nível de realidade (diferente do nível dos objectos físicos que percebemos), como o nível molecular e o comportamento das moléculas de água na presença de calor. Da mesma forma, a explicação de alterações na vida dos organismos, tais como a doença, baseia-se no conhecimento dos mecanismos celulares ou até mesmo moleculares a um nível diferente do nível observável.

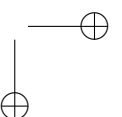
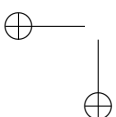
A retrodução, ou passagem de um nível da realidade para o outro, é um momento chave no processo de conhecimento. Como explicam Ruy Luís Gomes e Luís Neves Real (1955, p. 238)⁶, Sampaio Bruno (1902, p. 366)⁷ escreve:

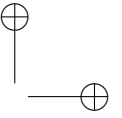
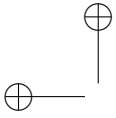
“A indução procede da observação mas por um caminho misterioso cujo encontro é peculiar ao génio. Depois a simples lógica (matemática, física, filosófica) liga a tradição e deduzindo-a do passado explica o presente. Explica tudo menos a indução mesma. Esta é a única força do descobrimento. Porque ao que se chama indução deveríamos chamar “revelação”. Só ela nos dá mais do que o já possuído, o que demonstra exuberantemente a inanidade descobridora do sistema. É isto o que patenteia a esterilidade da razão exercendo-se pela lógica sobre as próprias verdades.”

A “revelação” a que Sampaio Bruno se refere aqui parece ser necessária para o que se chamou acima de “retrodução”, o momento em que se vai além de um dado nível da realidade para outro, e se vai além do já possuído. Como explica Sampaio Bruno, exercícios lógicos dedutivistas, sejam eles matemáticos, físicos, ou filosóficos, são estéreis

⁶ Gomes, R.L e Real, L.N. (1955), “De Poincaré ao Intuicionismo actual na Crítica dos Fundamentos da Matemática; Reflexos no pensamento Filosófico e Matemático Português”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 3-4, 233-255.

⁷ Bruno, J.P.S. (1902), *A Ideia de Deus*, Porto, Lello & Irmão.





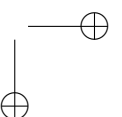
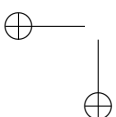
sem este momento, que também é fundamental na ciência, no que se designou acima de retrodução.

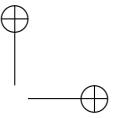
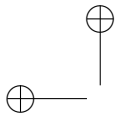
A distinção entre diferentes níveis de realidade, como o nível sub-atômico, atômico, molecular, celular, e social, com os quais se preocupam áreas do saber como a Física, Química, Biologia, e as Ciências Sociais, implica uma concepção de uma realidade estratificada, em que um determinado nível da realidade não é redutível a outro nível. Neste contexto, é possível distinguir entre duas situações de não-reducionismo: superveniência e emergência. Um dado nível de realidade “B” é superveniente face a um determinado nível da realidade “A” quando “B” surge de “A”, mas as condições presentes em “A” determinam completamente o nível “B”. Sendo assim, é possível prever o que acontece no nível das entidades supervenientes no nível “B” tendo apenas conhecimento das entidades no nível “A”.

Por outro lado, um dado nível da realidade “B” é emergente do nível “A” quando “B” surge de “A”, mas “B” tem poderes causais que são irredutíveis ao, e não determinados pelo, nível “A”, a partir do qual “B” emergiu. No caso da emergência, não é possível prever o que acontece nas entidades emergentes no nível “B” apenas com o conhecimento das entidades no nível “A”, uma vez que os poderes causais das entidades emergentes no nível “B” não são totalmente determinados pelo nível “A”.

Por exemplo, se uma entidade viva é superveniente face a um nível físico-químico, é possível prever o seu comportamento usando o conhecimento de todas as condições existentes no nível físico-químico. Mas se uma entidade viva é considerada emergente do nível físico-químico, não é possível prever o seu comportamento mesmo com conhecimento acerca de todas as condições existentes ao nível físico-químico de onde emergiu, uma vez que ainda não temos conhecimento dos poderes causais emergentes.

O não-reducionismo poderia ser visto como um fenómeno epistemológico, quando consideramos que mais conhecimento permitiria entender completamente como uma dada entidade num nível deter-





mina completamente uma entidade noutra nível, ou como uma propriedade ontológica, quando nenhum conhecimento adicional nos permitiria concluir que uma entidade num nível determina a entidade de outro nível. Como não podemos prever qual destas duas situações será o caso, não há nenhum motivo para supor, *a priori*, que o não-reducionismo é uma ilusão epistemológica. Na ausência de uma melhor explicação para a estratificação da realidade, o não-reducionismo pode ser considerado como uma propriedade ontológica da realidade, e assumido como uma hipótese de trabalho, até que surja prova em contrário. Esta abordagem é explicada em pormenor por autores como Roy Bhaskar (1975, 1989)⁸, Andrew Collier (1989, 1994)⁹ e Tony Lawson (1997, 2003)¹⁰.

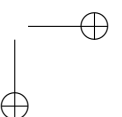
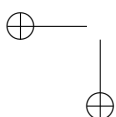
Quais são as implicações desta perspectiva para o problema da generalização da teoria de Marx proposta por Sampaio Bruno? Podemos agora argumentar que a estrutura social e as ideias são emergentes, de modo a conceptualizar a eficácia causal das ideias, hábitos de pensamento, e da ideologia em geral, reconhecendo no entanto que estas emergiram a partir da actividade prática humana. Usando a terminologia de Marx, podemos dizer que a economia, ou o modo de produção, e incluindo portanto as forças de produção e as relações de produção, são a base material do qual emerge a superestrutura, mas a superestrutura, incluindo os aspectos políticos e ideológicos, pode ter um efeito causal sobre a base da qual emergiu, num processo recíproco de interacção contínua.

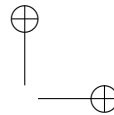
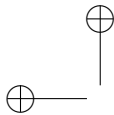
A base é determinante em última instância na medida em que a su-

⁸ Bhaskar, R. A. (1975), *A Realist Theory of Science*, London, Verso; Bhaskar, R. A. (1989), *The Possibility of Naturalism*, Brighton (UK), Harvester.

⁹ Collier, A. (1989), *Scientific Realism and Socialist Thought*, Hemel Hempstead, Harvester Wheatsheaf; Collier, A. (1994), *Critical Realism*, London, Verso.

¹⁰ Lawson, T. (1997), *Economics and Reality*, London: Routledge; Lawson, T. (2003), *Reorienting Economics*, London, Routledge.





perestruturava emergiu a partir da base, independentemente de qualquer eventual influência causal que a superestrutura emergente possa ter posteriormente sobre a base. Mas a base determinaria completamente a superestrutura apenas se esta fosse superveniente, e não emergente, face à base. Formações ideológicas emergentes podem ter um efeito causal sobre a base da qual elas surgiram, e de resto, são fundamentais para a reprodução das estruturas sociais, incluindo a economia e a cultura, como Louis Althusser (1965) explica.¹¹

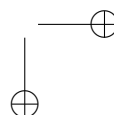
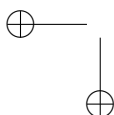
Se as ideias são emergentes, e não supervenientes, face à actividade económica e prática, a sua eficácia causal sobre a actividade económica e prática não pode ser negada *a priori*. A noção de emergência em particular, mostra como o papel causal das ideias é compatível com os argumentos de Marx sobre o papel da vida prática na criação das ideias, mas leva a uma compreensão não-reducionista da relação entre a economia e a restante realidade social, permitindo a generalização da perspectiva de Marx proposta por Sampaio Bruno.

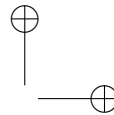
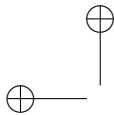
A estrutura social (incluindo a ideologia) que emerge a partir da acção humana é pressuposta por esta mesma acção humana, estrutura esta permanentemente reproduzida e transformada pela acção humana. Deste modo, a estrutura social, enquanto ontologicamente distinta, não é redutível à acção humana (como no individualismo atomista), nem a acção humana é totalmente determinada pela estrutura social, dado que a última é apenas um recurso usado na livre acção humana.

Estas estruturas (económicas, sociais e tecnológicas) levam à existência de uma série de acções potenciais que são permitidas pelas mesmas, e restringem outras acções. Sendo assim, formam os contornos da liberdade humana. Assim, a liberdade humana existe, mas depende das (sem ser completamente determinada pelas) estruturas económicas, tecnológicas e sociais (incluindo as normas éticas e culturais).

De facto, Sampaio Bruno trata também a questão da liberdade hu-

¹¹ Althusser, L. (2005[1965]), *For Marx*, London, Verso.





mana de um modo semelhante, notando como esta é limitada mas possível, escrevendo:

“Há contradição entre Marx filósofo e Marx político. Mas esta contradição é geral em todos nós, modernos. Procede do enigma do livre arbítrio, da necessidade da coexistência da lei social com a actividade pessoal.

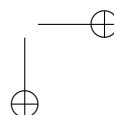
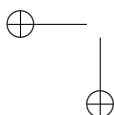
Se a história é, toda, fatalidade, a conclusão da conduta é o indiferentismo. Mas isto é absurdo, pela própria lição concreta da história. Se a história é, toda, liberdade, a lei reguladora não pode existir, ela não é ciência então. Mas isto é absurdo também, pelo exemplo da unanimidade convergente das grandes massas para objectivos independentes da consciencialização individual.

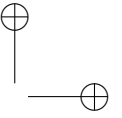
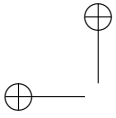
No prudhomesco, aristotélico, meio termo é que está a solução. O homem nem é fatal, como o grave inerte; nem é livre, conforme o anjo das suas quimeras. Tem uma liberdade condicionada, como a do pássaro na gaiola.

Portanto, pode intervir nos acidentes duma evolução, cujo conjunto lhe escapa à influencia. Qual o lavrador aproveita para o seu moinho a queda de água cuja corrente compacta, de massa, não pode desviar e o arrastaria.” (Sampaio Bruno, 1893, p. 146)¹²

Tal como a gaiola condiciona a liberdade do pássaro, ou a corrente de água condiciona a acção do lavrador, também a acção do agente humano é condicionada pelas estruturas económicas, sociais e tecnológicas, que demarcam os contornos da liberdade humana. Como Sampaio Bruno explica, a liberdade humana é delimitada por factores que condicionam a acção, como as estruturas sociais (culturais, económicas, tecnológicas).

¹² Bruno, J.P.S. (1893), *Notas do Exílio*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron (Lugan e Genelioux).





3. O determinismo na teoria económica ortodoxa

Curiosamente, não será em Marx (ou certamente não na generalização de Marx proposta por Sampaio Bruno) que encontramos um determinismo, mas antes na teoria económica ortodoxa contemporânea. De facto, as estruturas sociais que delimitam a liberdade humana são negligenciadas na teoria económica ortodoxa, que parte de um individualismo metodológico que se torna um individualismo ontológico, uma vez que na ausência de uma teoria das estruturas sociais, pressupõe-se um ser humano atomizado que responde mecanicamente a impulsos, consistindo o estudo económico ortodoxo contemporâneo na modelação matemática desse comportamento, como Lawson (1997, 2003) explica.¹³

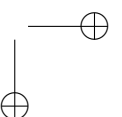
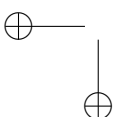
Efectivamente, a teoria económica ortodoxa caracteriza-se pela utilização acrítica de modelos matemático-dedutivistas, numa tentativa de copiar as ciências naturais como a Física ou a Química, na crença de que apenas a utilização dos mesmos métodos das ciências naturais pode tornar a Economia uma disciplina científica. Esta tendência acentuou-se a partir de um momento crucial da história do pensamento económico, que antecede os escritos de Sampaio Bruno aqui considerados. Este momento é a chamada “revolução marginalista”, protagonizada por autores como Stanley Jevons¹⁴, Carl Menger¹⁵ e Leon Walras¹⁶,

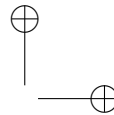
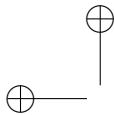
¹³ Lawson, T. (1997), *Economics and Reality*, London: Routledge; Lawson, T. (2003), *Reorienting Economics*, London, Routledge.

¹⁴ Jevons, W. S. (1888[1871]), *Theory of Political Economy*, London and New York, Macmillan

¹⁵ Menger, C. (1976[1871]) *Principles of Economics*, New York, New York University Press.

¹⁶ Walras, L. (1926[1874]). *Elements d'économie politique pure; ou, Théorie de la richesse sociale*, Paris, Pichon et Durand-Auzias; Lausanne, Rouge.





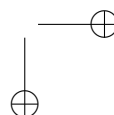
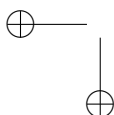
que teve lugar na década de 1870, pouco depois do primeiro volume d’*O Capital* ter sido publicado, e antes da publicação dos dois volumes seguintes. Neste momento, a análise económica deixou de centrar-se no estudo do excedente produzido pelo trabalho, para passar a estudar a troca em condições de escassez. Neste contexto, a matemática passou a ser abundantemente utilizada na Economia para estudar a optimização da alocação de recursos em condições de escassez.

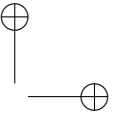
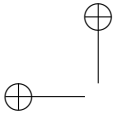
Autores centrais do movimento marginalista opuseram-se no entanto ao uso acrítico da matemática. Carl Menger, fundador da escola Austríaca e um dos principais autores da revolução marginalista, opunha-se ao uso acrítico de métodos matemáticos na Economia. Alfred Marshall¹⁷, que combinou os resultados da revolução marginalista com o pensamento económico clássico, formulando assim a teoria *neoclássica* (pois combinava os resultados do pensamento clássico com as novas ideias marginalistas), tinha uma abordagem onde a formalização matemática não se deveria sobrepor à procura de uma teoria realista. Todavia, autores como Stanley Jevons e Leon Walras argumentavam que a matematização era essencial para a Economia se tornar uma disciplina científica, tal como as ciências naturais. Assim, a abordagem comumente designada por “neoclássica” abandonou o realismo Marshalliano e procurou uma formalização matemática inspirada em autores marginalistas como Jevons e Walras, utilizando as metodologias de ciências naturais como a Física.

No entanto, as ciências naturais utilizam estes métodos no contexto de uma experiência laboratorial onde sistemas fechados são criados artificialmente de modo a que estruturas possam ser identificadas, ou no estudo de sistemas relativamente fechados como na Astronomia. Efectivamente, o objectivo da ciência não é o uso acrítico de modelos matemático-dedutivistas importados das ciências naturais, mas antes a procura das estruturas (sub-atómicas, atómicas, moleculares, celulares, orgânicas ou sociais) por detrás dos eventos.

Para além disso, existe uma crença generalizada na Economia orto-

¹⁷ Marshall, A. (1890), *Principles of Economics*, London, Macmillan and Co.





doxa não só de que apenas a matemática é a fonte da “cientificidade”, como a abordagem matemática utilizada é uma abordagem onde a matemática não se preocupa tanto com a adequação da matemática à descrição de factos empíricos, mas antes com o formalismo matemático *per se*. A tendência para o formalismo tinha já sido identificada por Sampaio Bruno, como explicam Ruy Luís Gomes e Luís Neves Real (1955, p. 235)¹⁸, pois Sampaio Bruno (1898, p. 189) escreve que “Projecta-se hoje nada menos do que a confecção duma matemática toda formal e subjectiva... Vencer-se-á?”¹⁹

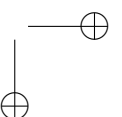
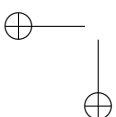
De facto, a perspectiva que se tornou dominante na Economia ortodoxa no século XX foi fortemente influenciada pela escola “Bourbaki” de matemática, que está subjacente à formalização matemática que Gérard Debreu (1959) fornece na sua teoria do equilíbrio geral na Economia, que influenciou fortemente o desenvolvimento da Economia ortodoxa no século XX, caracterizado pela aceitação acrítica de modelos matemático-dedutivistas numa concepção formalista da matemática.²⁰

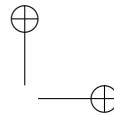
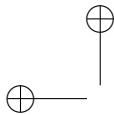
Nesse contexto, a questão da liberdade nem é colocada. Os modelos matemático-dedutivistas que caracterizam a teoria económica ortodoxa contemporânea pressupõem que há sempre apenas uma escolha ótima a ser feita pelo agente económico. Mas onde só há uma escolha, não há liberdade. Efectivamente, o reconhecimento da possibilidade de escolha por parte do ser humano significa que a realidade social é um sistema aberto, enquanto os modelos matemático-dedutivistas que caracterizam a teoria económica ortodoxa contemporânea pressupõem sistemas fechados, onde apenas uma escolha é ótima.

¹⁸ Gomes, R.L e Real, L.N. (1955), “De Poincaré ao Intuicionismo actual na Crítica dos Fundamentos da Matemática; Reflexos no pensamento Filosófico e Matemático Português”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 3-4, 233-255.

¹⁹ Bruno, J.P.S. (1898), *O Brasil Mental*, Porto, Lello & Irmão.

²⁰ Debreu, G. (1959), *Theory of Value: an axiomatic treatment of economic equilibrium*, New York, Wiley.





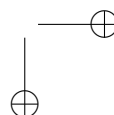
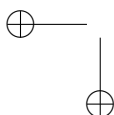
A análise da liberdade humana pressupõe o estudo das estruturas sociais que a sustentam, estruturas estas que por serem relacionais, num contexto de sistema aberto, não podem ser compreendidas utilizando modelos que pressupõem sistemas fechados, estudando de modo isolado algo que é por natureza relacional. Os modelos matemático-dedutivistas, que são utilizados na Economia ortodoxa, ao pressupor sistemas fechados, são incompatíveis com uma ontologia que pressuponha a existência da liberdade humana, e contêm uma concepção determinista da economia, onde é manifesta a “esterilidade da razão exercendo-se pela lógica sobre as próprias verdades” criticada por Sampaio Bruno (1902: 366).²¹

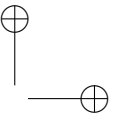
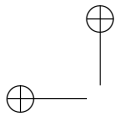
O esquema necessitarista ou determinista associado à Economia ortodoxa leva à tendência para aceitar certos factos económicos como inevitáveis. Tal situação não é nova na Economia. A própria teoria clássica de David Ricardo tinha já sido interpretada em termos semelhantes, levando à convicção de que pobreza, estagnação e salários ao nível da subsistência mínima, eram inevitáveis. Esta é a interpretação de Ricardo de socialistas como Lassalle, que Sampaio Bruno segue na sua discussão de Smith, Ricardo e Lassalle.

A religiosidade da Inglaterra Vitoriana fornece o contexto para perceber esta interpretação dominante da teoria económica de autores como Ricardo e Malthus, e o pessimismo associado ao seu pensamento. De facto, se Ricardo e Malthus identificaram uma tendência para a estagnação do crescimento económico que geraria a pobreza universal, a religiosidade Vitoriana encarregou-se de fornecer uma justificação teológica para a existência desse Mal. Como Simon Cook explica, essa justificação foi fornecida pelo protestantismo Evangélico da Inglaterra Vitoriana, possuidor de uma tendência para desvalorizar o mundo sensível, considerado a origem do Mal que deve ser expiado.²² Neste

²¹ Bruno, J.P.S. (1902), *A Ideia de Deus*, Porto, Lello & Irmão.

²² Cook, S. (2009), *The Intellectual Foundations of Alfred Marshall's Economic Science: A Rounded Globe of Knowledge*, Cambridge University Press, Cambridge.





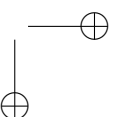
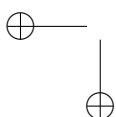
contexto as teorias pessimistas de Ricardo e Malthus encontraram eco numa Teologia da Expição.

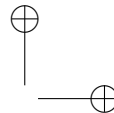
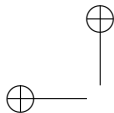
Esta convicção não era todavia partilhada por muitos autores Britânicos, como Alfred Marshall, que se tornou o economista mais influente em Inglaterra após o período clássico dominado por Smith, Ricardo, Malthus e Mill. Influenciado por F.D. Maurice, Marshall terá por outro lado subjacente ao seu pensamento uma Teologia da Encarnação, onde a Criação é um Bem (e não uma mistura de Bem e Mal, onde o Mal deveria ser expiado, como acontece na Teologia da Expição do Protestantismo Evangélico da Inglaterra Vitoriana).²³ Neste contexto, Marshall distinguirá entre uma concepção Pagã do mundo, que remonta aos Gregos, onde uma Ordem Natural se impõe ao ser humano (levando pensadores como Aristóteles a considerar a escravatura como inevitável), e uma concepção Cristã onde o progresso e a transformação são possíveis, e o ser humano não tem de se conformar a uma ordem natural. Nesta concepção de Marshall, a ciência económica contribuirá para o progresso da sociedade.²⁴

No entanto, a concepção Marshalliana, que tentava compatibilizar a revolução marginalista com o pensamento económico clássico, foi abandonada, e a concepção dominante em Economia, prosseguindo a matematização trazida pelo marginalismo, adoptou um esquema deter-

²³ As diferenças entre uma Teologia da Expição e uma Teologia da Encarnação poderiam levar-nos a uma discussão acerca das relações entre o Gnosticismo e o Cristianismo no contexto do pensamento de Sampaio Bruno. Procurei fazer uma comparação de um sistema ético dualista com o Cristianismo em Martins, N. (2009), “A Ética Kantiana e o Espírito do Cristianismo”, *Humanística e Teologia*, 30(1), pp. 149-201. A discussão das diferenças entre uma Teologia da Expição e uma Teologia da Encarnação no contexto do pensamento de Sampaio Bruno, bem como das relações deste pensamento com o Gnosticismo e com o Cristianismo, obrigariam a uma comparação em muitos aspectos semelhante à que foi feita no texto supramencionado. Todavia, o grau de complexidade a que essa discussão levaria obriga a deixá-la de lado no presente texto, podendo no entanto indicações dos elementos necessários para essa discussão ser encontrados no texto supramencionado.

²⁴ Marshall, A. (1920[1890]), *Principles of Economics*, London, Macmillan and Co.



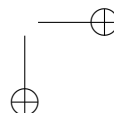
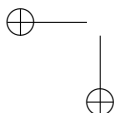


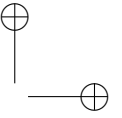
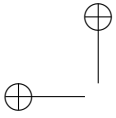
minista, em que somos de novo confrontados com a inevitabilidade do sistema vigente, tal como na interpretação Vitoriana do sistema de Ricardo, interpretação essa que Marshall tentou superar. Neste processo, o próprio Ricardo acabou por ser interpretado de modo dedutivista na teoria económica ortodoxa.

Lawson (1997, 2003) argumenta que o dedutivismo da Economia ortodoxa pressupõe, em última análise, uma ontologia atomista, onde a expressão “átomo” refere-se não a partículas físicas, mas a qualquer parte da realidade (independentemente da sua dimensão) que possa ser compreendida sem qualquer conhecimento de outras partes da realidade, como por exemplo o agente económico, cuja acção é explicada por uma função matemática que representa as suas preferências.²⁵ Numa ontologia atomista, existiria um sistema fechado, onde haveria determinismo e não liberdade humana, e os métodos matemático-dedutivistas poderiam ser aplicados com sucesso. Por este motivo, a metodologia da Economia ortodoxa pressupõe em última análise, explícita ou implicitamente, uma ontologia atomista (e determinista), em que o ser humano é um átomo, e não um ser livre e relacional, e onde a estrutura social que se reproduz e transforma com a acção humana não é abordada, do mesmo modo que são esquecidos tópicos como a ideologia, “desfibrando um tecido conectivo” (usando a expressão de Sampaio Bruno) quando, seguindo a generalização da teoria de Marx sugerida por Sampaio Bruno, esse tecido conectivo poderá (e deverá) ser estudado sem essas limitações. De facto, o pensamento económico clássico de Smith a Marx, que serve de referência aos comentários de Sampaio Bruno acerca de Marx, procedia a uma análise integrada do ser humano que não reduzia o estudo da economia à metodologia ortodoxa contemporânea.

O conhecimento humano não é sempre (se alguma vez é) perfeitamente adaptado às condições humanas de existência, e na medida em

²⁵ Lawson, T. (1997), *Economics and Reality*, London: Routledge; Lawson, T. (2003), *Reorienting Economics*, London, Routledge.



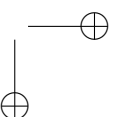
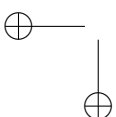


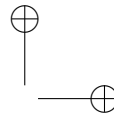
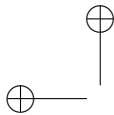
que o conhecimento humano é insuficiente, haverá um maior ou menor grau de falsa consciência, que influenciará essa reprodução e transformação das estruturas sociais. Uma dessas crenças falsas, ou falsa consciência, é a crença de que as estruturas sociais podem ser explicadas com base em modelos matemático-dedutivistas que pressupõem sistemas fechados, e conseqüentemente uma realidade atomizada, crença esta que caracteriza a teoria económica ortodoxa, que é uma teoria determinista, ao contrário do que poderá ser a generalização da teoria de Marx sugerida por Sampaio Bruno.

4. Liberdade e leis económicas

Crenças falsas (constitutivas da ideologia permanentemente reproduzida e transformada na acção humana que pressupõe essa mesma ideologia) são frequentemente persuasivas porque contêm uma ideia que é verdade no âmbito de um determinado contexto, mas foi removida de seu contexto original. O uso de métodos matemático-dedutivistas na Economia ortodoxa, retirados do contexto onde foram bem sucedidos (os sistemas fechados construídos em laboratório ou existentes nas ciências naturais) é um exemplo disto, levando a que a Economia ortodoxa seja incapaz de abordar problemas fundamentais do capitalismo moderno. De facto, sem compreender as estruturas do capitalismo moderno, não é possível compreender a dinâmica de transformação do mesmo, e as tendências subjacentes. Neste contexto, torna-se também impossível criticar adequadamente outras crenças falsas que afectam o bem-estar humano.

Outro exemplo de uma ideia que foi removida de seu contexto original encontra-se no uso que se faz actualmente da noção de liberdade, noção que era fundamental para os autores do pensamento económico clássico desde Adam Smith, e que influenciou não só Marx, mas também autores como David Ricardo e John Stuart Mill, que como Smith advogavam uma concepção liberal. No entanto, tal como a concepção





de ciência, também a concepção de liberdade destes autores, Smith, Ricardo e Mill, foi indevidamente retirada do seu contexto.

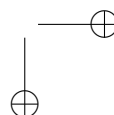
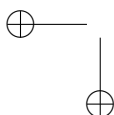
De facto, enquanto a teoria económica ortodoxa caracteriza-se por uma concepção falsa de ciência, a política económica ortodoxa caracteriza-se por uma concepção falsa da liberdade. A noção de liberdade individual, na qual se baseavam autores como Adam Smith, pressupunha um indivíduo relacional, que através da empatia (Adam Smith, 1759,²⁶ utilizava o termo ‘simpatia’), era capaz de se colocar na situação dos outros agentes, levando a uma interacção entre indivíduos baseada em sentimentos morais. Mesmo os mercados, onde os agentes económicos procuram o seu interesse próprio, surgem da propensão humana para o diálogo, baseada na empatia, e pressupõem a confiança mútua entre seres humanos, para Smith.

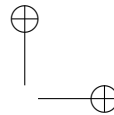
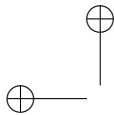
Deste modo, a concepção de um indivíduo separado dos restantes indivíduos, movido apenas pelo egoísmo, não corresponde à concepção de indivíduo de Smith, para quem as normas éticas e sociais eram uma dimensão fundamental da realidade social. De facto, a crise económica e financeira recente está também relacionada com a ética (ou a falta de ética) de diversos agentes económicos, tópico este que sendo essencial para Smith e os clássicos, e para a sua explicação da interacção humana, acabou por deixar de ser considerado matéria de análise económica, por não se prestar a um tratamento “científico”, onde tratamento “científico” significa a aplicação de um modelo matemático-dedutivista.

Ao explicar em maior pormenor a sua concepção da economia, Adam Smith (1776) analisou uma estrutura social mais específica, o mercado, e explicou que a prossecução do interesse próprio dentro de um processo de mercado será regulamentada pela existência de concorrência entre os vários agentes do mercado.²⁷ Este argumento é muitas

²⁶ Smith, A. (2002 [1759]), *The Theory of Moral Sentiments*, Cambridge, Cambridge University Press.

²⁷ Smith, A. (1776), *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, London, Methuen and Co., Ltd.



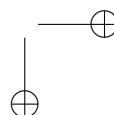
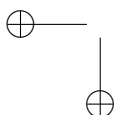


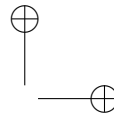
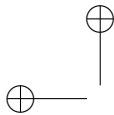
vezes usado para justificar as políticas que recomendam a redução da regulamentação do mercado, uma vez que a concorrência no mercado seria suficiente para equilibrar o mesmo. No entanto, Adam Smith formulou o seu argumento tendo em mente um mercado relativamente descentralizado onde não haveria muita diferença entre a competitividade dos diversos agentes económicos, tendo cada empresa uma parte relativamente pequena deste mesmo mercado. Neste contexto, o comércio livre poderia vir a ser uma melhor opção do que a adopção das políticas mercantilistas que Smith criticou.

No entanto, Marx argumentou que a concorrência, em última análise, conduz à redução da taxa de lucro, levando a uma concentração de capital em empresas de maior dimensão, com um maior poder de mercado, e que estas empresas sobrevivem precisamente devido ao seu maior poder de mercado. Além disso, a concorrência, e a necessidade de aumentar a taxa de lucro, leva as empresas a procurar recursos menos onerosos em países estrangeiros, e a expandir-se para mercados estrangeiros, expandindo também o próprio mercado para várias esferas da acção humana, como Marx refere.

A inovação tecnológica foi identificada por Marx como um atenuante agindo contra a tendência da queda da taxa de lucro provocada pela competição, e pela dificuldade em encontrar trabalho para ser explorado num contexto de mecanização, que é trazida precisamente pela inovação tecnológica. Mas ao fornecer melhores condições tecnológicas de transporte e comunicação, a inovação tecnológica facilita novamente o surgimento de empresas maiores, que se tornam os principais actores de uma economia mundial onde cada um enfrenta um grau muito menor de concorrência do que as empresas a que Smith se referia. Sendo assim, é preciso ter em conta a alteração das condições de concorrência pressupostas por Smith na sua defesa do mercado livre. Sampaio Bruno refere também a necessidade de ter em conta estas alterações na economia, e nas condições de concorrência em particular, escrevendo:

“Com efeito, nas suas mais vastas generalizações, as leis da eco-





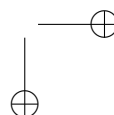
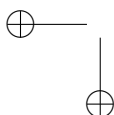
nomia política nada apresentam de definitivo, permanente, estável. O domínio de que se ocupa a ciência reveste aspectos diversos, de tempo para tempo, de povo para povo; portanto, a lei que regula o fenómeno tem de variar consoante o número e a disposição dos elementos que conjuga. Seria o mesmo para as leis físicas, se o mundo material estivesse sujeito às flutuações a que está afeito o mundo moral. E, mesmo na fixidez cósmica, a lei nada tem de absoluta, condiciona-se. As leis da economia política são como as leis da astronomia e da física; elas pressupõem uma modalidade social, umas condições do meio económico tais ou tais, sem o que elas não poderão verificar-se, como não se verifica a lei das ondulações sonoras no recipiente da máquina pneumática.

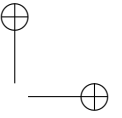
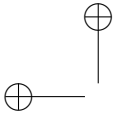
Tanto isto é assim que a economia liberal, vendo no fenómeno da concorrência, subordinado à sua lei da oferta e da procura, as condições do desejado equilíbrio social, reagiu sempre contra o regime do monopólio, que, pela sua artificial mudança das condições do meio económico, não permitia a essa lei exercer-se. Depois, e concorrentemente, os fenómenos que a economia estuda são tão complexos que há infinitas probabilidades de que uma lei, mesmo que verificadas para um momento social, seja incompleta, não compreenda senão partes integrantes, deixe de fora parcelas.” (Sampaio Bruno, 1893, pp. 131-132).²⁸

Sampaio Bruno aponta aqui como a existência de concorrência descentralizada, pressuposta na análise de autores clássicos como Smith ou Ricardo, não é uma característica eterna do sistema económico. John Stuart Mill (1848) notou também a possibilidade de existência de monopólios naturais, onde a natureza da actividade económica do sector leva à concentração, e o grau de concorrência tende a tornar-se insignificante.²⁹ Naturalmente, as barreiras à entrada podem impedir

²⁸ Bruno, J.P.S. (1893), *Notas do Exílio*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron (Lugan e Genelioux).

²⁹ Mill, J. S. (1848), *Principles of Political Economy*, London, J. P. Parker.



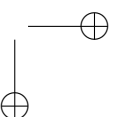
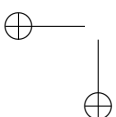


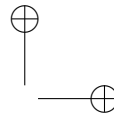
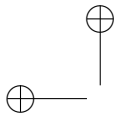
a concorrência potencial, sendo que neste caso o monopólio torna-se uma actividade que procura uma renda garantida, e não um monopólio mantido pela inovação. Mas o monopólio natural, o monopólio mantido através da inovação, e qualquer outro monopólio mantido por meio de barreiras à entrada, são a fase final de um processo de concentração de capital que é, grosso modo, consistente com a visão de Marx acerca da evolução do processo capitalista.

Assim, a crença na auto-regulamentação dos mercados, e a convicção de que há sempre benefícios para a sociedade na busca individual movida pelo egoísmo no contexto de um mercado não regulamentado, é uma teoria aplicada a um contexto diferente daquele idealizado por Smith, onde haveria um grau de concorrência substancialmente diferente, e para quem o egoísmo não era sequer a única motivação económica.

Contrariamente à teoria económica ortodoxa, Marx, e o pensamento económico clássico no qual se baseia, consideram o ser humano como um ser essencialmente social e relacional. O papel das convenções e das normas sociais é pois fundamental para compreender a economia segundo Marx. As defesas actuais da hipótese dos mercados eficientes, feitas por economistas ortodoxos, hipótese segundo a qual os mercados se auto-regulam pela concorrência, advogam um conceito de liberalização que consiste na redução da regulamentação do mercado, independentemente do contexto diferente que foi criado pela concentração económica, e por outras transformações na sociedade que levam à erosão da confiança mútua que é essencial para qualquer estrutura social, e para o funcionamento do mercado. De facto, esta erosão dos valores e da confiança mútua são uma das causas estruturais da crise recente.

Na concepção liberal dos autores clássicos, a liberdade humana pressupõe uma estrutura social e institucional que regula a acção humana, e em que se garante que nenhum grupo tem o poder para fazer os seus interesses prevalecer sempre sobre os interesses de outros. Não encontramos este equilíbrio de poderes entre os vários grupos sociais e políticos na actualidade, nem vemos os autores que se intitulam de





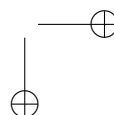
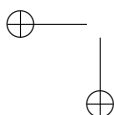
liberais defender esse equilíbrio. As defesas do liberalismo que encontramos hoje, muitas vezes designadas como constituindo uma visão neoliberal, podem assim ser melhor caracterizadas como uma ideologia pseudo-liberal, uma vez que recomendam uma menor interferência no mercado sem que no entanto se preocupar com as condições que autores do liberalismo clássico como Smith consideraram essencial para o processo de mercado e as teorias liberais produzirem resultados desejáveis, como por exemplo um maior equilíbrio entre o poder económico e político das várias zonas do globo, e dos vários indivíduos e instituições, e as questões éticas associadas.

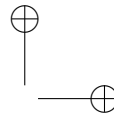
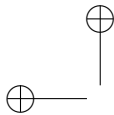
Neste sentido, a perspectiva de Sampaio Bruno, que analisa o pensamento de Marx tendo como referência os próprios autores clássicos, e não uma concepção deturpada dos mesmos como a que prevalece actualmente na teoria económica ortodoxa, fornece uma melhor perspectiva do problema da liberdade humana e do comércio livre do que a que obtemos na teoria económica ortodoxa contemporânea.

5. As contradições do capitalismo

Até agora foi argumentado que a generalização da teoria de Marx proposta por Sampaio Bruno permite uma concepção não-determinista, que fornece uma melhor explicação da liberdade humana e do funcionamento de mercado do que a teoria económica ortodoxa. Mas qual é, em termos mais concretos, essa teoria não-determinista a que chegamos baseados na generalização da teoria de Marx proposta por Sampaio Bruno? Antes de chegar lá, convém vermos em maior pormenor a teoria de Marx.

A teoria marxista implica a existência de diversas fases na evolução da história, sendo o escravagismo, o feudalismo, o capitalismo, o socialismo e o comunismo as fases mais importantes. Muitos autores argumentam que, segundo Marx, é necessário que cada uma destas fases esteja esgotada para se poder passar para a fase seguinte. Deste



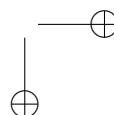
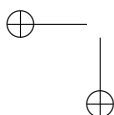


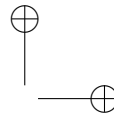
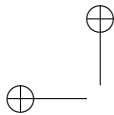
modo, seria necessário que o capitalismo estivesse esgotado para se poder passar para o socialismo, e posteriormente para o comunismo.

Marx argumenta que devido à competição existente no capitalismo, e à existência de cada vez menos trabalho para ser explorado, devido à progressiva mecanização, existe uma tendência para a diminuição da taxa de lucro, e a conseqüente concentração das unidades produtivas em unidades produtivas de grande dimensão, dado que apenas empresas com dimensão e poder de mercado suficientemente elevadas serão suficientemente competitivas numa fase avançada do capitalismo, e porque a maior quantidade vendida compensa os menores lucros por unidade vendida.

Para além disso, a concentração do capital leva à concentração da riqueza, reduzindo as possibilidades de consumo da população. Dado que o crédito permite uma maior dimensão, trazendo pois vantagem (pelos que chamamos actualmente economias de escala) às empresas que a este recorrerem, para além de permitir financiar o consumo que garante a procura agregada, as instituições financeiras terão um papel determinante nesta fase do capitalismo, não só no financiamento do investimento (retirando uma parte da mais-valia ao lucro sob a forma de juro), como no financiamento do consumo.

Marx argumenta que, com a evolução do capitalismo, chegar-se-á a uma fase em que a economia, ou cada sector da economia, já funciona como uma grande unidade centralizada (ou pelo menos algumas grandes unidades centralizadas), em que os proprietários das grandes empresas que sobreviveram neste processo de competição terão um papel reduzido na gestão das empresas, que é delegada em gestores profissionais. Neste contexto, já não temos um mercado com pequenos proprietários activamente empenhados na gestão da sua empresa, mas sim gestores profissionais a trabalhar para os proprietários. A socialização da produção já estará feita, e restará aos trabalhadores socializar a distribuição também, retirando aos poucos capitalistas que ainda subsistem após o processo de acumulação de capital a propriedade dessa





unidade centralizada (ou unidades centralizadas). De facto, explicando as sociedades anónimas por acções, Marx escreve:

“Formação das sociedades anónimas por acções. Isto envolve:

1. Tremenda expansão da escala de produção, e empreendimentos que seriam impossíveis para capitais individuais. Ao mesmo tempo, empreendimentos que eram previamente governamentais tornam-se sociais.

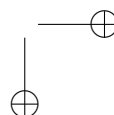
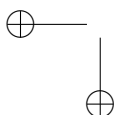
2. O capital, que é inerentemente baseado num modo social de produção e pressupõe uma concentração social dos meios de produção e da força de trabalho, agora recebe a forma de capital social (capital de indivíduos directamente associados) em contraste com o capital privado, e os seus empreendimentos aparecem como empreendimentos sociais e não privados. Isto é a abolição do capital como propriedade privada dentro do próprio modo de produção capitalista.

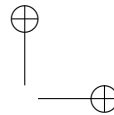
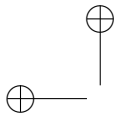
3. Transformação do capitalista que tem funções efectivas num mero gestor, a administrar o capital de outros, e do dono do capital num mero dono, num mero capitalista monetário.” (Marx 1894, p. 567)³⁰

Isto é, estas sociedades anónimas permitem não só uma grande expansão da escala de produção, como levam também à socialização do capital, onde o investimento deixa de ser feito pelo dono da empresa (que estaria também a geri-la), passando a haver separação entre proprietário e gestor. Para além disso, temos o fim do capital individual separado do capital de outros. Marx continua, explicando como as sociedades anónimas já contêm o fim do capitalismo, ao trazer a socialização da produção (isto é, produção feita de forma colectiva) e o fim do papel do proprietário na gestão efectiva:

“Isto é a abolição do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção capitalista, e assim uma contradição auto-abolidora, que se apresenta *prima facie* como um mero ponto de transição para uma nova forma de produção. Apresenta-se como tal contradição mesmo

³⁰ Marx, K. (1981[1894]), *Capital*, Vol. III., Pelican Books, New York, NY, (translated by D. Fernbach), London, Pelican Books.



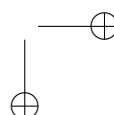
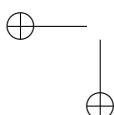


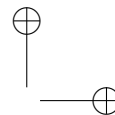
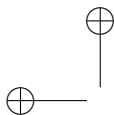
na aparência. Origina monopólios em certas esferas e provoca intervenção estatal. Reproduz uma nova aristocracia financeira, um novo tipo de parasita na forma de promotores da companhia, especuladores e directores meramente nominais; todo um sistema de burlas e enganos na promoção de companhias, emissões de acções e negociação de acções. É produção privada sem o controlo da posse privada.” (Marx 1894, p. 569)³¹

Neste contexto, a propriedade privada da produção por parte de alguns deixa de fazer sentido, uma vez que estes proprietários são um mero capitalista monetário, isto é, alguém que recebe o lucro sem no entanto ter qualquer papel relevante na gestão, como tinha o pequeno e médio capitalista. Enquanto o pequeno e médio capitalista tinha um papel importante na gestão e no sucesso da empresa, já no novo modo de funcionamento das grandes empresas desta nova fase do capitalismo, a propriedade privada do capital por parte de alguns, que delegam a gestão noutros, torna-se um anacronismo e uma fonte de ineficiências e burlas. Neste sentido, as sociedades anónimas contêm já o fim do sistema capitalista, e as contradições entre capitalismo e socialismo. Marx continua:

“Para além do sistema de sociedades anónimas por acções – que é uma abolição da indústria privada capitalista baseada no próprio sistema capitalista, e que destrói a indústria privada no mesmo grau em que se alarga e controla novas esferas de produção – o crédito oferece ao capitalista individual, ou à pessoa que pode passar por um capitalista, um controlo absoluto sobre o capital e propriedade de outros, dentro de certos limites, e, através disto, sobre o trabalho de outras pessoas. (...) Sucesso e falhanço levam ambos à centralização de capital e assim à expropriação numa enorme escala. A expropriação agora alarga-se dos produtores imediatos para os pequenos e médios capitalistas. A expropriação é o ponto de partida do modo de produ-

³¹ Marx, K. (1981[1894]), *Capital*, Vol. III., Pelican Books, New York, NY, (translated by D. Fernbach), London, Pelican Books.



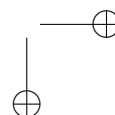
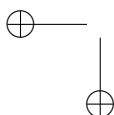


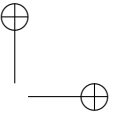
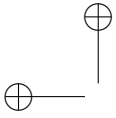
ção capitalista, cujo objectivo é levar a mesma até à sua culminação, e em última instância expropriar todos os indivíduos dos meios de produção – que, com o desenvolvimento da produção social, deixam de ser meios e produtos da produção privada, e apenas podem permanecer meios de produção nas mãos dos produtores associados, como a sua propriedade social, tal como eles são o seu produto social. Mas dentro do próprio sistema de produção capitalista, esta expropriação toma a forma antitética da apropriação do produto social por alguns; e o crédito fornece a estes alguns cada vez mais o carácter de simples aventureiros. Uma vez que a posse agora existe na forma de acções, o seu movimento e transferência torna-se simplesmente o resultado de negócios na bolsa de valores, onde pequenos peixes são engolidos pelos tubarões, e ovelhas pelos lobos da bolsa de valores. No sistema de sociedades anónimas por acções, já há um conflito com a velha forma, onde os meios de produção social aparecem como propriedade individual. Mas a transformação na forma de acções ainda está enclausurada dentro das barreiras capitalistas; em vez de superar a oposição entre o carácter da riqueza como algo social, e a riqueza privada, esta transformação apenas desenvolve esta oposição para uma nova forma.” (Marx 1894, pp. 570-571)³²

É neste contexto que deve ser entendido o movimento de expropriação explicado por Marx (1867) no fim do volume I d’*O Capital*, que muitas vezes é visto como um apelo à revolução sem se ter em conta quais as condições que Marx considera essenciais para que se verifique essa revolução.³³ Marx explica como a centralização do capital levará à expropriação das populações por alguns, por exemplo no contexto das sociedades anónimas e do controlo da economia pelo sector financeiro que concede o crédito que permite a concentração e centralização.

³² Marx, K. (1981[1894]), *Capital*, Vol. III., Pelican Books, New York, NY, (translated by D. Fernbach), London, Pelican Books.

³³ Marx, K. (1976[1867]), *Capital*, Vol. I., Pelican Books, New York, NY, (translated by B. Fowkes), London, Pelican Books.

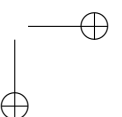
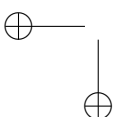


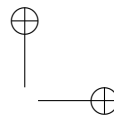
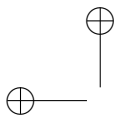


Como explicado acima, chega-se assim a uma situação em que os proprietários não têm um papel relevante na gestão, que está ao cargo de gestores profissionais, e onde este sistema de propriedade e gestão de empresas de grande dimensão levará a ineficiências e burlas sucessivas, causadas pela própria natureza do sistema organizativo e institucional, que só podem ser resolvidas com a colectivização da propriedade e distribuição de recursos, de modo a permitir uma administração de cada secção da empresa por parte de quem efectivamente trabalha nessa secção (e terá portanto um melhor conhecimento de como gerir essa secção). Será neste contexto que existirão as condições para a revolução.

Sendo assim, a teoria de Marx não constitui meramente um apelo à revolução, mas é uma análise cuidada da dinâmica do capitalismo, explicando quais são as condições para que se possa verificar a transição do capitalismo para outro sistema. Esta não é uma análise necessariamente determinista, mas como foi explicado acima, os contornos da liberdade humana (por exemplo da liberdade para fazer uma revolução) são fortemente condicionados por estas circunstâncias, e pelas estruturas, mecanismos e tendências dentro das quais o ser humano se move (usando a metáfora de Sampaio Bruno, são como a corrente dentro da qual o lavrador tem de se mover).

Segundo esta lógica, a revolução Russa de 1917 não deveria ter ocorrido, porque a Rússia em 1917 não tinha chegado a uma fase em que as unidades de produção estivessem suficientemente mecanizadas, e centralizadas para permitir a sua colectivização. De resto, não tínhamos ainda na Rússia de 1917 a forma das sociedades anónimas por acções, o crédito e o sistema financeiro suficientemente desenvolvidos de modo a que a separação entre propriedade e gestão, e a auto-abolição da propriedade privada (ou a “produção privada sem o controlo da posse privada”, como Marx diz,) que caracterizam as sociedades anónimas por acções, se verificassem. Muitos autores marxistas argumentam mesmo que não foi razoável tentar construir de raiz uma economia de direcção central numa nação como a Rússia como foi tentado, dado que a Rússia ainda continha muitas características feudais, e o capitalismo





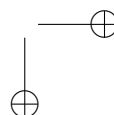
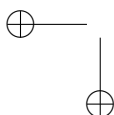
não estava ainda na sua fase final. O mesmo se poderia dizer dos países de leste sob a esfera de influência soviética, ou de outros países como a China.

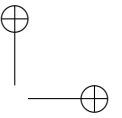
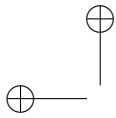
Segundo Marx, a centralização da produção será trazida pelo capitalismo, enquanto o socialismo será a tentativa de trazer a descentralização da distribuição, de modo a atingir o comunismo. No entanto, a União Soviética consistiu numa tentativa de centralizar a produção e toda a actividade económica, quando segundo a teoria de Marx expressa n' *O Capital*, seria o capitalismo, e não o socialismo, a centralizar a produção. De resto, a criação de um Estado totalitário, que caracterizou vários regimes designados como “comunistas”, consiste no contrário do que Marx preconizava, pois Marx defendia o dismantelar do Estado, uma vez que para Marx e Engels (1848: 5), “o executivo do Estado moderno é apenas um comité para a gestão dos assuntos comuns de toda a burguesia”.³⁴ No entanto, os regimes ditos “comunistas” procuraram o reforço do poder do Estado, e não a redução do poder do Estado defendida por Marx.

Antecipando esta situação, e criticando a interpretação de Schaeffle do socialismo, que vai no sentido da expansão do Estado, que foi defendida por diversos autores Marxistas (ao contrário do que defendia o próprio Marx), Sampaio Bruno escreve o seguinte sobre este tipo de projecto socialista centralizador:

“Dizer isto parece ser cair no escolho de todas as organizações sociais que se não entregam ao simples jogo das energias individualistas, sem atritos e sem restrições. Parece uma reintegração dos projectos subjectivistas, pessoais, do socialismo utópico. Como se jamais houvera uma sociedade organizada como um banco, sobre um estatuto preconcebido; e como se o cérebro dum só homem, por mais potente, poderá substituir-se à multiforme invenção colectiva, irradiante de miríades de tipos anónimos!

³⁴ Marx, K, e Engels, F (1992[1848]), *Communist Manifesto*, Oxford, Oxford University Press.





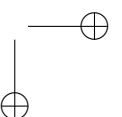
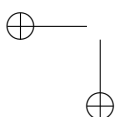
Parece equivaler a assinalar na organização social que se sonha a necessidade de uma vigilância policial, tanto mais odiosa quanto ela iria incidir sobre os mais íntimos e mesquinhos episódios da vida individual.” (Sampaio Bruno, 1893, p. 135)

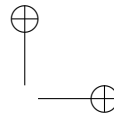
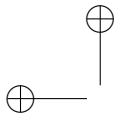
Esta crítica de Sampaio Bruno antecipa muitos aspectos da crítica de economistas como Friedrich Hayek (1948) ao sistema centralizado dos países designados como “comunistas”.³⁵ Não seria efectivamente esta sociedade organizada sobre um estatuto pré-concebido que Marx tinha em mente, e não seria esta a consequência lógica do desenvolvimento do capitalismo segundo Marx.

No entanto, outros autores defendem que o aspecto essencial do materialismo dialéctico de Marx, no qual se baseia o seu materialismo histórico, é a existência de contradições, e não a sequência linear de fases como o escravagismo, o feudalismo, o capitalismo, o socialismo e o comunismo. São as contradições que causam a evolução da economia. Por exemplo, a passagem do capitalismo para o socialismo resulta da contradição entre a mecanização do processo produtivo, e o facto do lucro resultar da exploração do trabalho (logo mecanização significa menos lucro). Outra contradição é o facto do capital ser detido por um pequeno número de indivíduos, que retirando a mais-valia criada pelo trabalho, deixam apenas uma pequena parte para ser paga sob a forma de salário ao trabalhador. Como o capitalista depende dos trabalhadores não só para o funcionamento da unidade produtiva, mas para o consumo dos produtos, o facto do salário não incluir o pagamento da mais-valia levará a crises de sub-consumo e sobre-produção.

Lenine defendia que se o aspecto essencial do materialismo dialéctico e da evolução da História é a existência de contradições, e não a sequência linear de fases da História enumerada por Marx, então a Rússia de 1917 era o local mais apropriado para uma revolução, pois continha não só as contradições do capitalismo nascente, mas também

³⁵ Hayek, F. A. (1948), *Individualism and Economic Order*, Chicago and London, Chicago University Press.





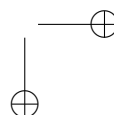
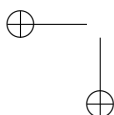
as contradições do feudalismo. Isto é, a Rússia continha ainda mais contradições do que um país que apenas contivesse as contradições do capitalismo. De resto, muitos autores marxistas argumentam que cada situação histórica é uma situação única, pelo que não há leis gerais que se possam aplicar independentemente da situação concreta, como Louis Althusser (1965) explica, o que vai de encontro às observações de Sampaio Bruno sobre liberdade e determinismo referidas acima.³⁶

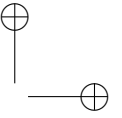
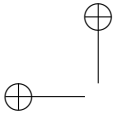
De qualquer modo, podemos concluir que apesar da complexidade da análise integrada da economia, política e sociedade que Marx descreve, uma das conclusões fundamentais desta análise é que o processo de desenvolvimento económico capitalista não é sustentável. Uma questão fundamental seria então como organizar o sistema económico de um modo sustentável, tendo em conta as limitações do capitalismo apontadas por Marx.

Este é um tópico discutido por outros autores do pensamento económico clássico também, como John Stuart Mill. Sampaio Bruno (1893, p. 140) explica como Mill tinha já visto que o projecto liberal de Smith e Ricardo não seria viável, e tentou combinar a Economia Política destes autores com as preocupações sociais do seu tempo. Mill distingue entre vários sistemas institucionais, como o sistema de propriedade privada, o socialismo (em que os meios de produção são propriedade colectiva e o rendimento é distribuído segundo a produtividade de cada um) e o comunismo (em que os meios de produção são propriedade colectiva e o rendimento é distribuído de forma igualitária, sendo que segundo Marx, seria de acordo com as necessidades de cada um).

Mill defende que, dada a situação actual da sociedade (referindo-se a meados do séc. XIX), o comunismo não será viável (embora não coloque de parte a possibilidade de vir a ser viável no futuro), mas que é possível melhorar a distribuição de rendimento, por exemplo pela criação de cooperativas em substituição das empresas de propriedade individual. Mas mesmo essas cooperativas teriam de ser competitivas

³⁶ Althusser, L. (2005[1965]), *For Marx*, London, Verso.





no mercado para sobreviver, surgindo espontaneamente e não por imposição Estatal. Segundo Mill, o sistema de propriedade privada traz problemas devido à distribuição de rendimento que impõe, e ao abuso dos direitos de propriedade, mas a sociedade não está preparada para uma mudança radical do sistema.

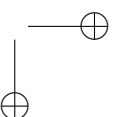
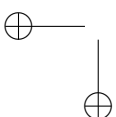
Mill defende, como Smith, a propriedade privada nos contextos em que temos um mercado descentralizado, e defende, como Marx, a nacionalização nos casos em que existe naturalmente uma tendência para a concentração, como nos casos em que há um monopólio natural. O pensamento de Mill mostra claramente como as diferenças entre os clássicos residem mais nas suas crenças quanto à tendência do capitalismo e do mercado para gerar concentração, e como em contextos diferentes o mesmo autor clássico pode defender soluções institucionais diferentes. Tal não resulta de uma inconsistência teórica, dado que a teoria económica é fundamentalmente a mesma, mas das diferentes contextos institucionais que os clássicos consideraram utilizando a sua teoria da produção e distribuição do excedente produzido pelo trabalho.

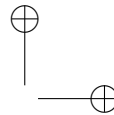
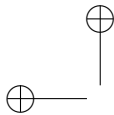
A razão pela qual Marx não aceita soluções como as dos autores clássicos de Smith a Mill é que, para Marx, o sistema de propriedade privada não é sustentável, pois Marx acredita que o processo de centralização levará ao fim da concorrência, que é no entanto essencial para o correcto funcionamento de mercado. Sem concorrência, o mercado não funcionará, e entre monopólios privados e monopólios públicos, serão preferíveis os últimos. Marx e Engels escrevem:

“A característica distintiva do Comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Mas a propriedade privada burguesa moderna é a expressão final e mais completa do sistema de produção e apropriação de produtos, que é baseado no antagonismo de classes, na exploração de alguns por outros.

Neste sentido, a teoria dos Comunistas pode ser resumida na frase singular: Abolição da propriedade privada.

Nós, Comunistas, temos sido acusados pelo desejo de abolir o di-





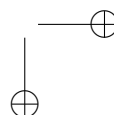
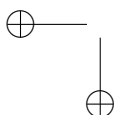
reito de adquirir propriedade pessoal como fruto do trabalho próprio, propriedade essa que se alega ser a base de toda a liberdade pessoal, actividade e independência.

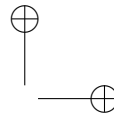
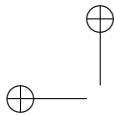
Propriedade adquirida e ganha independentemente com trabalho duro! Referem-se à propriedade do pequeno burguês e do pequeno camponês, uma forma de propriedade que precedeu a forma burguesa? Não há necessidade de aboli-la; o desenvolvimento da indústria já a destruiu em grande medida, e continua a destruí-la diariamente.” (Marx e Engels, 1848, p. 18)³⁷

Assim, Marx advoga, enquanto Comunista, o fim da propriedade privada, apenas na medida em que esta é propriedade burguesa, isto é, a expressão final de um sistema que tende para a centralização e expropriação dos pequenos proprietários urbanos e rurais. Não são os pequenos proprietários urbanos e rurais que Marx pretende expropriar. O que Marx e Engels nos dizem é que estes já foram, ou serão, expropriados pelo avançar do capitalismo industrial e financeiro, e é pelo facto de este movimento de expropriação existir que, para Marx, o sistema de mercado que pressupõe propriedade privada não é sustentável. Sendo assim, o socialismo e o comunismo são a fase final de um processo, não se pretendendo uma “Estatização” de toda a actividade económica, criticada por Sampaio Bruno, mas antes a colectivização das grandes empresas que, segundo Marx, acabarão por controlar os mercados e a sociedade.

Claro que as estruturas económicas aqui em causa influenciam significativamente a liberdade humana, mas como visto anteriormente, não determinam completamente essa acção. Usando a terminologia de Sampaio Bruno, são como a gaiola onde se move o pássaro, ou a corrente que o lavrador tenta manipular. Mas são tendências em funcionamento, e que condicionam a acção humana.

³⁷ Marx, K, e Engels, F (1992[1848]), *Communist Manifesto*, Oxford, Oxford University Press.





6. A actualidade da proposta de Sampaio Bruno

Neste processo de expansão do capitalismo, a expropriação e o menor rendimento dos trabalhadores leva à crescente desigualdade de rendimentos, que gera uma tendência para a redução do consumo e uma conseqüente tendência para a redução da procura agregada. O menor rendimento dos trabalhadores deve-se, segundo Marx, ao facto de que embora apenas o trabalho seja gerador de valor, o trabalhador recebe apenas parte do valor do produto, sendo portanto explorado. Sampaio Bruno discorda da tese de Marx de que apenas o trabalho gera a mais-valia ao ser explorado (isto é, ao produzir mais do que aquilo que recebe como salário), argumentando:

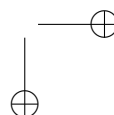
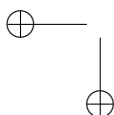
“Karl Marx considera o capital como matéria inerte, susceptível de amortização mas não de lucro. Inerte é, contudo, também o trabalho sem o capital. Coagulação de trabalho, trabalho-trabalho e trabalho-capital são interdependentes.” (Sampaio Bruno, 1893, p. 154).

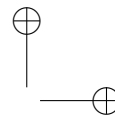
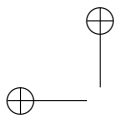
Independentemente de aceitarmos ou não que apenas o trabalho gera valor, como aceitam os autores clássicos de Smith a Marx, é verdade que a redução do rendimento do trabalhador relativamente ao rendimento total gera uma redução do consumo. De facto, esta redução do rendimento do trabalhador relativamente ao rendimento total é uma das características do capitalismo para Marx, que escreve o seguinte com Engels:

“Tem sido contra-argumentado que com a abolição da propriedade privada todo o trabalho irá cessar, e a preguiça universal tomará conta de nós.

De acordo com isto, a sociedade burguesa já deveria ter acabado há muito tempo devido a preguiça, pois os seus membros que trabalham, não recebem nada, e aqueles que recebem alguma coisa, não trabalham.” (Marx e Engels 1848, p. 21)³⁸

³⁸ Marx, K, e Engels, F (1992[1848]), *Communist Manifesto*, Oxford, Oxford University Press.

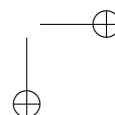
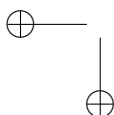


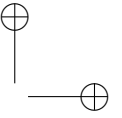
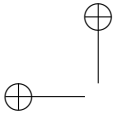


Ora, as populações com menor rendimento, que segundo Marx tenderão a ser cada vez em maior número, são aquelas que consomem mais por cada unidade de rendimento adicional recebida. Uma vez que os agentes com níveis de rendimento mais baixos são aqueles que consomem uma maior proporção do seu rendimento, a desigualdade do rendimento gera então uma tendência para a redução da procura, como Marx explicava. Claro que a procura depende também do investimento, que por sua vez depende do lucro obtido, que também depende da exploração do trabalhador. Assim, se por um lado a exploração do trabalhador determina o lucro por unidade vendida, a quantidade de unidades vendidas depende da realização dessa exploração (como Marx, 1885,³⁹ explica no volume 2 d' *O Capital*), isto é, da compra dos produtos, pois apenas esta permite realizar os ganhos do capitalista. No volume 3 d' *O Capital*, Marx clarifica:

“As condições para a exploração imediata e para a realização dessa exploração não são idênticas. Não só estão separadas no tempo e no espaço, como estão separadas também em teoria. A primeira é limitada apenas pelos poderes produtivos da sociedade, e a última pela proporcionalidade entre os vários ramos da produção e pelo poder de consumo da sociedade. E isto não é determinado pelo poder absoluto de produção nem pelo poder absoluto de consumo mas antes pelo poder de consumo numa dada estrutura de condições antagónicas de distribuição, que reduz o consumo da vasta maioria da sociedade a um nível mínimo, capaz de variar apenas dentro de limites mais ou menos estreitos. É adicionalmente limitada pela tendência de acumulação, de expandir o capital e produzir mais-valia em larga escala. Esta é a lei que governa a produção capitalista, que emerge das constantes revoluções nos métodos de produção, da desvalorização do capital existente que está sempre associada a essas revoluções, e da luta competitiva geral e a necessidade de melhorar a produção e alargar a sua escala,

³⁹ Marx, K. (1978[1885]), *Capital*, Vol. II., Pelican Books, New York, NY, (translated by D. Fernbach), London, Pelican Books.





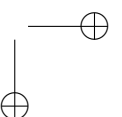
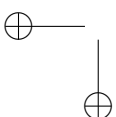
meramente como um meio de auto-preservação, e sob pena de ruína. O mercado, por conseguinte, tem de ser permanentemente alargado” (Marx, 1894, pp. 352-353).⁴⁰

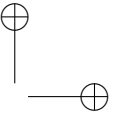
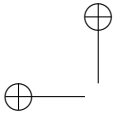
Esta falta de procura, gerada pela desigualdade existente, obriga pois à permanente expansão do mercado, mas mantém-se como uma causa estrutural subjacente às crises do capitalismo, incluindo a crise financeira e económica contemporânea, iniciada com a crise de crédito de 2007.

Esta falta de procura foi sendo compensada através do sistema financeiro, que tem estimulado a economia através da expansão do crédito e da criação de inovações financeiras, como Marx (1894) tinha previsto. A inovação financeira e a expansão de crédito permitiram pois a manutenção de um nível de procura agregada que compensa os efeitos da desigualdade da distribuição do rendimento na procura agregada, evitando a quebra da procura em vários mercados (como o mercado de habitação, automóvel, e outros bens de consumo). A interrupção destes mecanismos financeiros, essenciais para a manutenção da procura agregada num contexto de crescente desigualdade, leva a que uma crise financeira recente rapidamente se torne uma grave crise económica. E como grande parte da procura (com vista ao consumo e ao investimento) é assegurada pelo sistema financeiro, a crise financeira recente, iniciada com a crise do crédito em 2007, rapidamente se tornou uma crise económica mundial em 2008.

Este fenómeno contrariou as previsões dos economistas da corrente dominante. De facto, a Economia ortodoxa é criticada por não ter o quadro analítico adequado para tratar estes problemas. Na verdade, devido ao uso inadequado de uma metodologia matemático-dedutivista, a Economia ortodoxa levou a pressupostos que justificaram a desregulamentação financeira que conduziu à actual crise, ignorando as causas profundas da crise que foram até agora disfarçadas pelo sistema

⁴⁰ Marx, K. (1981[1894]), *Capital*, Vol. III., Pelican Books, New York, NY, (translated by D. Fernbach), London, Pelican Books.





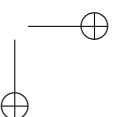
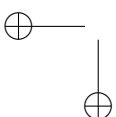
financeiro, nomeadamente a crescente desigualdade de rendimentos e a consequente depressão da procura.

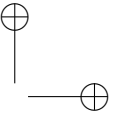
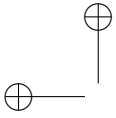
Efectivamente, a utilização de métodos matemático-dedutivistas que não são apropriados para a realidade em estudo pode mesmo dificultar (em vez de facilitar) a identificação das estruturas sócio-económicas, tais como as normas sociais, convenções e instituições. Para modelar a economia e o agente humano usando esses métodos matemático-dedutivistas, torna-se necessário utilizar postulados como a optimização, equilíbrio, e expectativas racionais, que são pressupostos universalmente aceites na Economia ortodoxa contemporânea; pois só se o agente tiver expectativas racionais, com base nas quais procede à optimização, por exemplo, é que podemos modelar matematicamente o seu comportamento, ignorando a existência de incerteza (e mesmo quando não exigidos, estes postulados são substituídos na Economia ortodoxa por postulados igualmente irrealistas e fictícios, que permitem a modelação matemático-dedutivista).

A hipótese das expectativas racionais pressupõe que os agentes que realizam operações de mercado têm uma expectativa (racional) correcta sobre a distribuição de probabilidade dos eventos futuros. A crença nas expectativas racionais, por sua vez, leva à crença na hipótese dos mercados eficientes, ou seja, à convicção de que os preços de mercado são correctos, onde “correcto” significa que eles reflectem preferências, tecnologia e recursos, que são considerados os elementos “fundamentais” da economia.

A hipótese dos mercados eficientes levou à convicção de que os mercados económicos e financeiros necessitariam de menos regulamentação do que a que tinham anteriormente e, portanto, assistimos à desregulamentação dos mercados financeiros, ao aumento da mobilidade do capital, e da volatilidade do mercado de capitais. Essa desregulamentação, por sua vez, levou à construção de instrumentos financeiros que permitiram a expansão do crédito, financiamento do consumo e investimento que antecederam a crise financeira e económica recente.

Um momento crucial na sequência de eventos que levaram ao des-

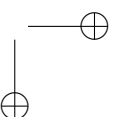
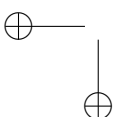


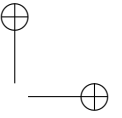
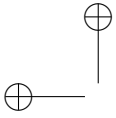


poletar da crise foi a revogação pelo Congresso dos Estados Unidos da América do Glass-Steagall Act em 1999. Esta lei tinha sido aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1933, para evitar que as instituições financeiras continuassem o tipo de actividades financeiras que contribuíram para a crise de 1929. Entre outras coisas, o Glass-Steagall Act impedia os bancos de titularizar dívida originada a partir de empréstimos hipotecários, uma vez que impede uma companhia proprietária de um banco comercial (que origina empréstimos hipotecários) de ser proprietária de outras instituições financeiras através das quais se poderia fazer essa titularização. Assim, entre 1933 e 1999, os bancos comerciais tinham um maior incentivo para conceder empréstimos a clientes que não deixassem de pagar os seus empréstimos, uma vez que os empréstimos concedidos pelos bancos comerciais iriam permanecer no seu balanço.

Mas desde a revogação do Glass-Steagall Act em 1999, os bancos começaram portanto a ter o incentivo para conceder empréstimos independentemente da credibilidade do cliente, desde que os bancos pudessem vender esses empréstimos, colocando-os fora do seu balanço. Isto permitiu a titularização de empréstimos a clientes que tinham uma probabilidade muito maior de faltar aos pagamentos do que os clientes tradicionais dos bancos comerciais, sendo que os títulos com maior retorno eram precisamente os que tinham maior risco.

Desde a revogação do Glass-Steagall Act em 1999, até 2007, os produtos financeiros que foram criados conduziram a um estímulo adicional dos mercados financeiros que promoveu o investimento nos mercados de capitais. Este caso concreto é apenas um exemplo dos vários mecanismos que levaram à desregulamentação dos mercados económicos e financeiros, possibilitando a criação de produtos financeiros que geraram uma expansão financeira, que por sua vez permitiu a expansão do crédito tanto para fins de investimento como para fins de consumo. A especulação financeira e a expansão do crédito permitiram um aumento do investimento e do consumo que conduziu a um estímulo adicional da procura agregada, que por sua vez estimulou o



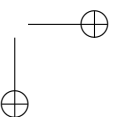
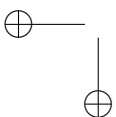


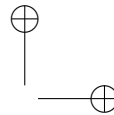
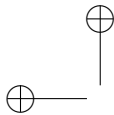
crescimento económico e compensou assim, de alguma forma, o abandono das políticas Keynesianas de estimulação de procura que se tinha entretanto verificado, bem como a maior desigualdade na distribuição de rendimento que se verificou após esse abandono.

Mas, como é bem conhecido, ao longo de todo este processo tornou-se difícil saber exactamente onde estavam os activos com risco mais elevado de incumprimento, que se tornaram papel sem valor. Assim, depois de 2007 as instituições financeiras começaram a restringir o crédito, devido à incerteza acerca de se as instituições financeiras com quem efectuavam transacções detêm, ou são dependentes de instituições que detêm, activos “tóxicos”.

Encontramos na seguinte passagem de Marx uma explicação do processo que leva a esta crise. De facto, se generalizarmos a expressão “letra de câmbio” para “activos financeiros”, temos uma explicação que se aplica perfeitamente a esta crise iniciada em 2007:

“Num sistema de produção onde toda a interligação do processo de reprodução depende do crédito, uma crise irá evidentemente emergir se o crédito é subitamente retirado (. . .). À primeira vista, portanto, a crise na sua totalidade apresenta-se simplesmente como uma crise de crédito e monetária. E de facto tudo o que está em causa é simplesmente a convertibilidade de letras de câmbio em dinheiro. A maioria destas letras representa compras e vendas efectivas, sendo a expansão destas para além da necessidade social a base última de toda a crise. Para além disso, todavia, um número tremendo destas letras representa negócios puramente fraudulentos, que agora são descobertos e explodem; tal como especulações sem sucesso conduzidas com capital emprestado, e finalmente capital na forma de mercadorias que ou se desvalorizam ou se tornam impossíveis de vender, ou receitas que nunca irão chegar. É claro que todo este sistema de expansão forçada do processo de reprodução não pode ser curado permitindo a um banco, por exemplo o Banco de Inglaterra, dar a todos os burlões o capital de que necessitam em papel-moeda e comprando todas as mercadorias depreciadas ao seu valor nominal anterior. Para além disso, tudo aqui aparece ao contrá-





rio, uma vez que neste mundo de papel não são encontrados em lado nenhum o preço real e os seus elementos reais, mas apenas moeda de metal, notas, letras e títulos. Esta distorção é particularmente evidente em centros como Londres, onde a actividade financeira de um país inteiro está concentrada; aqui todo o processo torna-se incompreensível.” (Marx, 1894, pp. 620-621).⁴¹

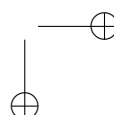
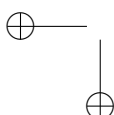
De facto, após o corte no crédito em 2007, seguiu-se um momento em que toda a situação financeira se tornou incompreensível, o que agravou a quebra do crédito, pois levou os diversos bancos a deixar de ceder crédito por precaução, situação que é bem descrita por esta passagem de Marx.

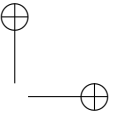
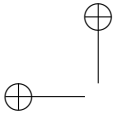
Outra questão que foi por diversas vezes discutida durante a crise recente foi o papel dos gestores das grandes empresas, que foram acusados de prejudicar os accionistas das empresas que geriam para obter prémios de gestão mais elevados. Este é outro aspecto da crise que também já tinha sido explicado por Marx:

“Baseado na produção capitalista, uma nova burla com os salários da gestão desenvolve-se em ligação com as sociedades anónimas por acções, na medida em que, além e acima do director de gestão efectivo, surge um número de quadros de governação e supervisão, para os quais gestão e supervisão são na realidade um mero pretexto para o roubo dos accionistas e o seu próprio enriquecimento” (Marx 1894, p. 514).

Em Marx encontramos pois uma melhor explicação do cenário verificado na crise recente iniciada em 2007, do que nos modelos económicos ortodoxos contemporâneos, que pressupõem mercados eficientes, tanto no que diz respeito aos mercados financeiros e mercados económicos, e portanto não permitem diagnosticar as causas da (ou fornecer uma solução para a) crise financeira e económica, que é vista apenas como uma inexplicável anomalia do sistema. De acordo com modelos ortodoxos e os seus pressupostos, como a hipótese de um mercado efi-

⁴¹ Marx, K. (1981[1894]), *Capital*, Vol. III., Pelican Books, New York, NY, (translated by D. Fernbach), London, Pelican Books.



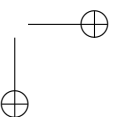
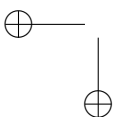


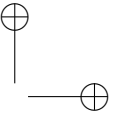
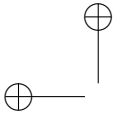
ciente ou de expectativas racionais, os agentes financeiros penalizariam os fundos que contêm activos “tóxicos” usando uma medida adequada do risco e do retorno. As agências de “rating” seriam também capazes de classificar estes fundos realisticamente.

Mas a análise matemática de riscos (supostamente) quantificáveis, realizados pelos economistas ortodoxos, não tem em conta a noção de incerteza, ou seja, os casos em que não sabemos a distribuição de probabilidade de eventos futuros. Para os economistas ortodoxos, as situações de incerteza estão fora do âmbito da análise económica, como economistas ortodoxos como Robert Lucas (1981) argumentam, pois sob a concepção da ciência defendida pelos economistas ortodoxos, a utilização de métodos matemático-dedutivistas é essencial para a ciência, e estes métodos exigem que as distribuições de probabilidade dos eventos futuros sejam conhecidas ou pelo menos matematizáveis.⁴² Assim, o quadro analítico da Economia ortodoxa exclui noções que são fundamentais para compreender a crise, como a incerteza, e outras questões éticas e políticas relacionadas com as instituições económicas.

A convicção de que é possível calcular matematicamente os riscos associados com os mercados financeiros contribuiu para o abandono de um sistema onde os intermediários financeiros, com base na sua intuição e percepção, actuavam como criadores de mercado sempre que existia demasiada compra ou venda de um determinado produto financeiro. Este sistema, com base em convenções e na intuição humana, sem embarcar na ilusão de que é possível prever matematicamente cada contingência, era um sistema muito mais sustentável do que o sistema actual, onde se acredita que todas as informações podem ser incorporadas num modelo matemático-dedutivista. Agentes económicos conscientes da natureza imprecisa do conhecimento humano tentam completar essa imperfeição do conhecimento humano através de convenções, sendo estas convenções, as normas sociais, e a intuição humana, fundamentais para este processo.

⁴² Lucas, R. (1981), *Studies in Business Cycle Theory*, Cambridge MA, MIT Press.



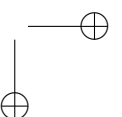
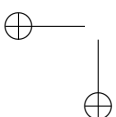


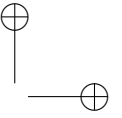
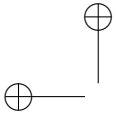
Muitos autores (por exemplo, economistas ortodoxos) argumentariam que defender que a intuição e as convenções fornecem uma orientação mais útil para decisões financeiras e económicas, do que os modelos matemático-dedutivistas, em última análise significa “reduzir” o pensamento económico a “senso comum”, deixando este de ser ciência. Mas este argumento pressupõe uma concepção de ciência onde esta consiste em utilizar métodos matemático-dedutivistas independentemente da natureza da realidade social.

No entanto, a ciência progride ao clarificar as estruturas sociais e psicológicas por detrás de eventos económicos observados, independentemente dos métodos utilizados. Marx defendia que a sua abordagem era científica, precisamente porque ele estava preocupado com as estruturas que causam os eventos observados, sem exigir que a realidade social deva estar em conformidade com um modelo matemático-dedutivista.

A crise financeira e económica iniciada em 2007 levantou a questão da sustentabilidade económica e social do sistema actual, que se soma à questão da sustentabilidade ambiental. Esta crise é uma manifestação de um problema mais profundo, relacionado com a sustentabilidade do desenvolvimento actual, que não poderá ser resolvida sem uma correcção dos desequilíbrios económicos, sociais e ecológicos que conduziram a esta crise. Os tópicos que será necessário abordar eram fundamentais para autores do pensamento económico clássico como Smith, Ricardo, Mill e Marx. Esta escola de pensamento, discutida por Sampaio Bruno, não constitui pois um conjunto de doutrinas desactualizadas, mas sim uma abordagem com maior poder explicativo do que a teoria económica dominante na actualidade. Marx pode ser considerado o último grande autor a utilizar o sistema de pensamento clássico, criticando-o e utilizando-o de modo a explicar a evolução histórica.

A tendência para a concentração de capital explicada por Marx, e o modo como esta tendência poderia ser objecto de medidas de compensação por instituições desenhadas de modo a que um grupo particular não possa explorar outros grupos, é uma das questões económicas e





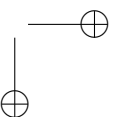
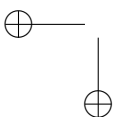
políticas fundamentais actuais. A concentração de capital coloca não só o problema da existência de concorrência, fundamental para o funcionamento do mercado e para o equilíbrio entre os poderes dos grupos concorrentes, mas também cria uma falta de procura agregada, devido à desigualdade que gera, levando assim a outro problema económico.

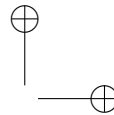
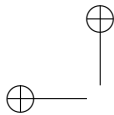
Os desafios da concentração e desigualdade de rendimento requerem uma solução diferente da solução que domina a política económica actualmente, que permite o aumento da desigualdade de rendimento, e o aumento do poder económico das instituições que promovem a desigualdade de rendimento, sendo a última uma causa estrutural da actual crise, que foi atenuada até agora pelo crédito concedido pelo sistema financeiro, e pela intervenção do Estado na economia.

7. Conclusão

As leis económicas enunciadas por Marx referem-se às tendências resultantes das estruturas económicas, tecnológicas e sociais subjacentes ao capitalismo, mas a existência dessas tendências não significa a sua manifestação permanente, devido a contratendências como a expansão do mercado, do crédito, ou a inovação tecnológica. A generalização do pensamento de Marx proposta por Sampaio Bruno, e discutida no âmbito do pensamento económico clássico, permite esta visão não-determinista do pensamento de Marx, e pode pois ser um contributo importante para a Economia.

A Economia poderá ser uma ciência na medida em que procure as estruturas causadoras dos eventos observados, no contexto de uma ontologia estruturada, em que as estruturas sociais emergem a partir da actividade prática (e económica) humana, sem ser redutíveis a esta. Parte integrante desta estrutura são as normas éticas, culturais e sociais, como os valores e as convenções que permitem coordenar a actividade económica num contexto de incerteza. A compreensão destas estruturas implica um diálogo entre as diversas escolas de pensamento



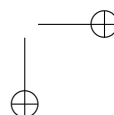
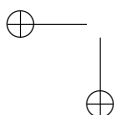


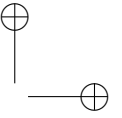
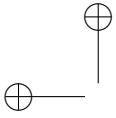
económico, na construção de uma ontologia social onde as estruturas sociais, culturais, psicológicas, económicas e tecnológicas são um elemento fundamental da análise, sendo que esta análise não pode ser reduzida a modelos matemático-dedutivistas, esses sim deterministas, e aplicados fora do contexto de experiência (física ou química) laboratorial de onde foram importados, e onde seriam úteis.

A redução da Economia a modelos matemático-dedutivistas levou à marginalização de escolas com uma visão mais realista da economia, incluindo não só a escola Clássica, como a escola Marxista, a escola Austríaca, a escola Institucionalista, a escola Pós-Keynesiana, entre muitas outras. Esta visão realista terá de ser recuperada de modo a obter, através do confronto das suas várias perspectivas, uma perspectiva pluralista que falta na teoria económica contemporânea.

O pensamento económico clássico de Adam Smith a Karl Marx, que serve de referência aos comentários de Sampaio Bruno aqui discutidos, constitui um melhor ponto de partida para essa discussão, do que a teoria económica ortodoxa, que surgiu com a progressiva formalização matemática da Economia que se verificou após a revolução marginalista. Esse formalismo verificava-se já dentro da própria matemática, como Sampaio Bruno observou, e foi essa matemática formal e desligada da realidade que foi transportada para a ciência económica, numa tentativa de imitar as ciências naturais. Nesse sentido, a generalização da teoria de Marx sugerida por Sampaio Bruno, e discutida aqui, pode ser um contributo importante para uma Economia mais pluralista, e que fornece uma melhor descrição e explicação da economia do que a teoria económica ortodoxa, que se caracteriza por um método matemático-dedutivista, e que nos apresenta os factos económicos como uma inevitabilidade.

Esta tendência da teoria ortodoxa para nos apresentar factos económicos como uma inevitabilidade torna-se patente após a crise iniciada em 2007, e que se mantém, onde depois de não ter antecipado a crise devido à convicção de que o sistema económico se encontrava num equilíbrio descrito matematicamente (e que a economia tenderia



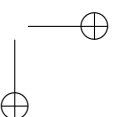
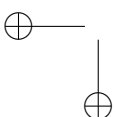


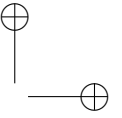
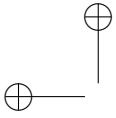
inevitavelmente para se manter nesse equilíbrio), a teoria económica ortodoxa vem agora apresentar-nos como uma nova inevitabilidade um equilíbrio caracterizado por uma redução da qualidade de vida.

Se a teoria económica neoclássica inspirada por Marshall criticava a concepção Pagã de uma Ordem Natural inevitável, defendendo uma concepção Cristã onde o progresso é possível, o avanço do dedutivismo na teoria económica levou a que a teoria a que designamos hoje (erradamente) como “neoclássica” se caracterize de novo pela defesa de uma Ordem Natural, desta vez matemática, contrariando o espírito original do neoclassicismo Marshalliano, que procurava uma continuidade com o pensamento económico clássico, e não a ruptura que o marginalismo e a matematização acabou por trazer. Sendo assim, não são apenas as escolas Clássica, Marxista, Austríaca, Institucionalista, e Pós-Keynesiana que foram abandonadas, mas a própria escola Neoclássica Marshalliana, face ao progresso da ortodoxia matemático-dedutivista que se apropriou do termo “neoclássico”, sem no entanto manter a crítica de Marshall da matematização excessiva da Economia, ou de uma crença numa Ordem Natural inevitável.

A generalização da teoria de Marx de Sampaio Bruno, juntamente com a sua crítica do determinismo, aponta na direcção de uma teoria que vai para além desta apologia da inevitabilidade praticada pela teoria económica ortodoxa, explicando os mecanismos que levaram à crise presente, e pode contribuir para o diálogo entre diversas escolas de pensamento económico no sentido de trazer um maior realismo e relevância à teoria económica actual.

Marx é geralmente associado aos movimentos denominados “marxistas” que durante o século XX levaram à formação de regimes políticos totalitários, após a revolução Russa de 1917. Sampaio Bruno identifica correctamente as tendências que iam no sentido da criação de um Estado totalitário centralizado, que critica, explicando que não será possível organizar uma sociedade sobre um estatuto preconcebido, como se o cérebro de uma só pessoa pudesse substituir-se à multiforme invenção colectiva. Aqui Sampaio Bruno antecipa a crítica dos regimes

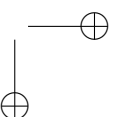
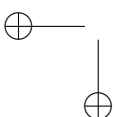


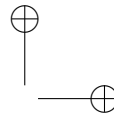
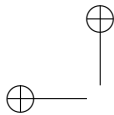


totalitários comunistas que viriam a ser feitas mais tarde por autores da escola Austríaca de Economia, como Friedrich Hayek. Mais importante para o nosso propósito, Sampaio Bruno identifica correctamente a tendência para promover tal projecto político na interpretação do socialismo de autores como Schaeffle, mas não no próprio Marx.

No entanto, tanto a propaganda pró-comunista, como a propaganda anti-comunista, que se verificaram dos dois lados da chamada Guerra Fria, apresentaram uma interpretação de Marx que não consistia num estudo desinteressado, mas servia um determinado projecto político, fosse ele pró-comunista ou anti-comunista. Ambos os projectos políticos, pró-comunistas ou anti-comunistas, procuraram identificar o pensamento de Marx com um projecto político totalitário, no primeiro caso para reclamar a autoridade de Marx, no segundo caso para o desacreditar. Esses acontecimentos históricos contribuíram não para o desenvolvimento do comunismo como defendido por Marx, mas antes para dificultar a aceitação das ideias de Marx, que passaram a ser identificadas com essas experiências totalitárias. No processo, o próprio pensamento económico clássico de Smith, Ricardo, Malthus, Mill e Marx, que Marshall tinha tentado manter, acabou por ser abandonado.

No entanto, Marx era fundamentalmente um analista do capitalismo, e pouco escreveu sobre o que seria uma organização comunista. Sendo assim, o seu pensamento é mais relevante para um mundo capitalista do que para os movimentos comunistas do século XX. Logo, com o expandir do sistema capitalista que se tem verificado, a análise de Marx torna-se mais relevante, precisamente por ser fundamentalmente uma análise do capitalismo, e não do comunismo: o seu livro principal chama-se *O Capital*, e não *A Comuna*. Do mesmo modo, propostas como a de Sampaio Bruno, para uma generalização da teoria de Marx, no contexto de uma discussão que leva em consideração outros autores clássicos como Smith, Ricardo e Mill, tornam-se também cada vez mais relevantes, especialmente quando a teoria ortodoxa que emergiu da revolução marginalista mostra-se cada vez mais insuficiente para compreender o capitalismo.





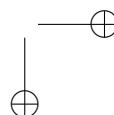
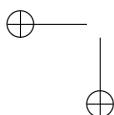
Agradecimentos

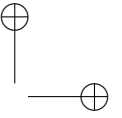
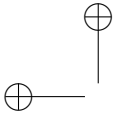
Os comentários a versões anteriores deste texto feitos por Mário Cabral, João Maria Teixeira e Afonso Rocha foram um contributo significativo para a clarificação das ideias aqui apresentadas. Naturalmente, este agradecimento não implica que as ideias aqui apresentadas sejam partilhadas por quem, gentilmente, comentou o texto, ajudando a clarificar o seu conteúdo sem assumir todavia qualquer compromisso com o mesmo.

Bibliografia

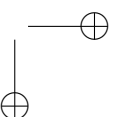
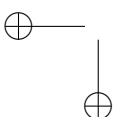
- Althusser, L. (2005[1965]), *For Marx*, London, Verso.
- Bhaskar, R. A. (1975), *A Realist Theory of Science*, London, Verso.
- Bhaskar, R. A. (1989), *The Possibility of Naturalism*, Brighton (UK), Harvester.
- Bruno, J.P.S. (1893), *Notas do Exílio*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron (Lugan e Genelioux).
- Bruno, J.P.S. (1898), *O Brasil Mental*, Porto, Lello & Irmão.
- Bruno, J.P.S. (1902), *A Ideia de Deus*, Porto, Lello & Irmão.
- Collier, A. (1989), *Scientific Realism and Socialist Thought*, Hemel Hempstead, Harvester Wheatsheaf.
- Collier, A. (1994), *Critical Realism*, London, Verso.

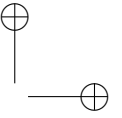
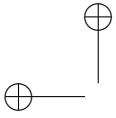
www.lusosofia.net





- Cook, S. (2009), *The Intellectual Foundations of Alfred Marshall's Economic Science: A Rounded Globe of Knowledge*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Debreu, G. (1959), *Theory of Value: an axiomatic treatment of economic equilibrium*, New York, Wiley.
- Gomes, R.L e Real, L.N. (1955), “De Poincaré ao Intuicionismo actual na Crítica dos Fundamentos da Matemática; Reflexos no pensamento Filosófico e Matemático Português”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 3-4, 233-255.
- Hayek, F. A. (1948), *Individualism and Economic Order*, Chicago and London, Chicago University Press.
- Hegel, G.W.F. (1988[1817]), *Enciclopédia das ciências filosóficas em epítome, vol.1*, Lisboa, Edições 70
- Hume, D. (1975), *Enquiries Concerning Human Understanding and Concerning the Principles of Morals*, Oxford e New York, Oxford University Press.
- Kant, I. (1994[1781]), *Crítica da Razão Pura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lawson, T. (1997), *Economics and Reality*, London: Routledge.
- Lawson, T. (2003), *Reorienting Economics*, London, Routledge.
- Lucas, R. (1981), *Studies in Business Cycle Theory*, Cambridge MA, MIT Press.
- Marshall, A. (1920[1890]), *Principles of Economics*, London, Macmillan and Co.
- Martins, N. (2009), “A Ética Kantiana e o Espírito do Cristianismo”, *Humanística e Teologia*, 30(1), pp. 149-201.





- Marx, K. (1976[1867]), *Capital*, Vol. I., Pelican Books, New York, NY, (translated by B. Fowkes), London, Pelican Books.
- Marx, K. (1978[1885]), *Capital*, Vol. II., Pelican Books, New York, NY, (translated by D. Fernbach), London, Pelican Books.
- Marx, K. (1981[1894]), *Capital*, Vol. III., Pelican Books, New York, NY, (translated by D. Fernbach), London, Pelican Books.
- Marx, K, e Engels, F (1992[1848]), *Communist Manifesto*, Oxford, Oxford University Press.
- Menger, C. (1976[1871]) *Principles of Economics*, New York, New York University Press.
- Mill, J. S. (1848), *Principles of Political Economy*, London, J. P. Parker.
- Smith, A. (2002 [1759]), *The Theory of Moral Sentiments*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Smith, A. (1776), *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, London, Methuen and Co., Ltd.
- Walras, L. (1926[1874]). *Elements d'economie politique pure; ou, Theorie de la richesse sociale*, Paris, Pichon et Durand-Auzias; Lausanne, Rouge.

